

Senhores Acionistas,

A Administração da Odontoprev S.A. (Odontoprev ou Companhia) submete as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Visão Geral da Companhia e Mercado de Atuação

A Odontoprev tem por objeto social a operação de planos privados de assistência odontológica.

Fundada em 1987, a Odontoprev é líder no setor desde os anos noventa, atendendo mais de nove milhões de brasileiros, que contam com diferenciadas soluções de saúde bucal em plataforma tecnológica proprietária exclusiva, reconhecida internacionalmente. A Companhia dispõe de rede credenciada com cerca de 27 mil cirurgiões-dentistas, em aproximadamente 2.500 cidades, em todo o país.

Desempenho Financeiro

Em 2025, a receita líquida cresceu 5,3% atingindo R\$2.390 milhões (R\$2.420 milhões em IFRS17), com tíquete médio de R\$22 por beneficiário/mês, adição líquida de 339 mil novas vidas no ano. A carteira foi composta por clientes corporativos em 70%, com os restantes 30% divididos em planos para pequenas e médias empresas (PME) e individuais.

O custo de serviços representou 38,9% da receita no exercício, versus 38,4% em 2024. As despesas de comercialização e administrativas foram de 26,9% da receita, em linha com o ano anterior.

A geração de caixa operacional, medida pelo critério EBITDA ajustado, atingiu R\$741 milhões em 2025, com margem de 31,0%.

O lucro líquido recorrente foi de R\$550 milhões (R\$583 milhões em IFRS17), 4,1% acima de 2024. A Companhia encerrou 2025 com caixa líquido de R\$713 milhões, e dívida zero.

O conjunto dos resultados mostra posicionamento estratégico único da Odontoprev, com atuação especializada para cada segmento de cliente, otimizando a captura de oportunidades de expansão e geração de valor.

Distribuição de dividendos

De acordo com o Estatuto Social são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 50%, calculados sobre o lucro líquido anual passível de distribuição. Em 2025, a remuneração aos acionistas já deliberada totaliza R\$444 milhões entre juros sobre o capital próprio e dividendos que, somados aos R\$13 milhões em recompra de ações, totalizam R\$456 milhões, 83% do resultado de 2025.

Mercado de Capitais

Em 2025 a Odontoprev completou 19 anos de sua oferta pública inicial no Novo Mercado da B3, tendo atingido, ao final do exercício, valor de mercado de R\$6,1 bilhões. O retorno total aos acionistas desde o IPO acumula 15% ao ano, versus 9% ao ano do IBX-100.

A Companhia integra as carteiras do IDIVERSA e IGPTW, índices da B3 que medem o desempenho das ações das empresas listadas que se destacam no critério de diversidade e qualidade do ambiente de trabalho.

Em dezembro de 2025, a Odontoprev foi ranqueada entre as melhores companhias do mundo no “World’s Best Companies in Sustainable Growth 2026”, da revista norte-americana TIME, que visa identificar empresas, internacionalmente, que demonstrem desempenho financeiro e ambiental notável. Do total de 500 empresas listadas, a Odontoprev obteve o 19º lugar geral, melhor ranking entre as empresas brasileiras.

Governança Corporativa e Responsabilidade Social

A Companhia é participante do Novo Mercado, listagem de mais alto padrão de Governança Corporativa da B3, desde 2006.

Em adição às características do segmento, a Odontoprev apresenta práticas diferenciadas, como Presidente do Conselho de Administração distinto do Diretor Presidente, Conselho de Administração sem função executiva e 100% de direitos de tag-along.

A Companhia possui Política de Sustentabilidade, que apresenta diretrizes corporativas definidas, papéis e responsabilidades, além dos compromissos públicos na qual a Odontoprev é signatária, como a iniciativa “Movimento Elas Lideram 2030” e “ONU Mulheres”, disponível para acesso em <https://ri.odontoprev.com.br/>.

Em linha com a Lei nº 15.177/2025, reforçamos nosso compromisso com a transparência e equidade de gênero, apresentando informações detalhadas sobre a representatividade feminina em nossa estrutura organizacional e evolução dos indicadores de diversidade.

Ao final de 2025, a Companhia contava com 1.957 funcionários, sendo 72,4% mulheres. A quantidade de mulheres no Conselho de Administração e Diretoria estatutária se manteve estável de 2024 para 2025, com duas mulheres (14,3%) ocupando esses cargos.

Mulheres por nível hierárquico	31/12/2024		31/12/2025	
	Total	%	Total	%
Administração: Conselho de Administração e Diretoria estatutária	2	14,3%	2	14,3%
Diretoria adjunta, Superintendência e Gerência	33	45,2%	36	46,8%
Supervisão	74	73,3%	74	74,0%
Administrativo	400	66,8%	418	65,4%
Operacional	777	81,3%	750	82,3%

Proporção da remuneração fixa + variável feminina por nível hierárquico ¹	31/12/2024	31/12/2025
Administração: Conselho de Administração e Diretoria estatutária	110,7%	100,1%
Diretoria adjunta, Superintendência e Gerência	83,7%	85,9%
Supervisão	88,7%	91,0%
Administrativo	78,0%	79,0%
Operacional	84,2%	84,5%

¹Remuneração fixa: salário ou pró-labore; Remuneração variável: bônus, Participação de Resultados, Incentivo de Longo Prazo e outros. O cálculo considera a média da remuneração feminina em comparação com a média da remuneração masculina.

Declaração da Diretoria Estatutária

Em observância às disposições constantes em instruções CVM, a Diretoria Estatutária da Odontoprev declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, autorizando a sua divulgação.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com o disposto na Resolução CVM nº 162/22, a Odontoprev possui prática de contratação de auditoria independente com diretrizes alinhadas as legislações e as regulamentações aplicáveis. A Companhia contratou serviços da KPMG Auditores Independentes Ltda. não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras. Estes serviços de não auditoria não configuram conflito de interesse e nem perda da independência na execução dos trabalhos de auditoria de acordo com a políticas de independência do auditor. As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são disponibilizadas anualmente em nosso Formulário de Referência.

Barueri, 26 de fevereiro de 2026.

A Diretoria

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanço patrimonial

(em milhares de reais)

Ativo	Nota	Companhia		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		362.322	409.557	437.659	490.076
Caixa e equivalentes de caixa	5	17.988	15.783	19.948	16.531
Aplicações financeiras	6	239.185	327.637	273.085	357.791
Avaliadas a valor justo por meio do resultado		106.884	192.982	140.784	223.136
Avaliadas ao custo amortizado		132.301	134.655	132.301	134.655
Ativos de contratos de seguro e resseguro	14	24.555	25.501	33.120	33.316
Outras contas a receber	8	40.254	25.701	57.980	51.749
Estoques		-	-	26	56
Créditos tributários e previdenciários	7	31.157	7.364	42.924	15.853
Ativo mantido para venda		-	-	-	6.090
Despesas antecipadas		9.183	7.571	10.576	8.690
Não circulante		1.539.059	1.658.331	1.511.182	1.631.993
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	6	420.134	539.081	420.134	539.081
Avaliadas ao custo amortizado		420.134	539.081	420.134	539.081
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.1	-	25.879	-	32.346
Despesas antecipadas		13	-	13	-
Ativo mantido para venda		-	-	6.773	-
Outros ativos não circulantes		85.795	79.972	87.974	82.264
Depósitos judiciais e fiscais	9.2	36.602	32.104	37.879	33.435
Outros créditos a receber	9.3	12.510	13.697	12.982	14.268
Créditos tributários e previdenciários	7	36.683	34.171	37.113	34.561
Investimentos	10	82.183	86.656	4.425	6.121
Imobilizado	11	25.433	29.345	44.392	52.154
Intangível	12	925.501	897.398	947.471	920.027
Total do ativo		1.901.381	2.067.888	1.948.841	2.122.069

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	Companhia		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		506.044	725.553	549.169	764.626
Passivos de contratos de seguro e resseguro	14	222.955	297.287	223.645	299.398
Obrigações sociais e trabalhistas		59.049	57.620	71.995	69.765
Fornecedores de bens e serviços		9.355	11.495	15.528	16.386
Débitos de operações de assistência à saúde		23.179	12.791	23.733	12.848
Receita antecipada de contraprestações/prêmios		9.013	7.127	9.013	7.127
Impostos e contribuições a recolher	15	26.899	39.986	37.573	47.600
Dividendos e JCP a pagar	19.6	128.613	261.213	128.613	261.213
Passivo de arrendamento	18	2.057	1.958	6.561	6.775
Provisões para ações judiciais	17.1	4.016	-	4.016	-
Outras contas a pagar	16	20.908	36.076	28.492	43.514
Não circulante		113.524	114.566	117.428	129.210
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.1	20.919	-	14.071	-
Provisões para ações judiciais	17.1	63.910	81.994	67.397	86.636
Impostos e contribuições a recolher	15	-	-	269	303
Passivo de arrendamento	18	9.405	11.460	14.261	19.010
Outras contas a pagar	16	19.290	21.112	21.430	23.261
Patrimônio líquido		1.281.813	1.227.769	1.282.244	1.228.233
Capital social	19.1	851.017	851.017	851.017	851.017
Reservas de capital	19.2	(35.610)	(35.610)	(35.610)	(35.610)
Reservas de lucros:	19.3	473.709	492.290	473.709	492.290
Dividendo adicional proposto	19.6	-	81.000	-	81.000
Reservas de lucros - demais		473.709	411.290	473.709	411.290
(-) Ações em tesouraria	19.4	(7.832)	(71.572)	(7.832)	(71.572)
Outros resultados abrangentes		529	(8.356)	529	(8.356)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	431	464
Total do passivo e patrimônio líquido		1.901.381	2.067.888	1.948.841	2.122.069

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do resultado

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Companhia		Consolidado	
		Exercício findo em		Exercício findo em	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita de venda de bens e/ou serviços	21				
Receita de seguros (PAA)		1.821.876	1.695.907	1.854.943	1.738.279
Receita de seguros (BBA)		525.038	504.727	525.038	504.727
Vendas de bens e serviços		-	-	40.178	38.186
		2.346.914	2.200.634	2.420.159	2.281.192
Custo dos bens e serviços vendidos					
Despesas de seguros	22	(1.551.637)	(1.499.840)	(1.491.348)	(1.436.699)
Custos de bens e serviços		-	-	(58.521)	(53.633)
		795.277	700.794	870.290	790.860
Despesas e receitas operacionais					
Despesas com vendas		-	-	(1.351)	(1.431)
Despesas gerais e administrativas		(58.387)	(48.853)	(121.021)	(111.011)
Resultado de equivalência patrimonial	10	9.988	19.920	5.921	6.337
Outras receitas (despesas) operacionais		21.580	6.389	19.196	2.478
		(26.819)	(22.544)	(97.255)	(103.627)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		768.458	678.250	773.035	687.233
Resultado financeiro	23				
Receitas financeiras		119.995	128.275	125.023	133.465
Despesas financeiras		(64.454)	(53.282)	(68.408)	(57.321)
		55.541	74.993	56.615	76.144
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		823.999	753.243	829.650	763.377
Imposto de renda e contribuição social	24	(241.429)	(213.999)	(247.113)	(224.244)
Corrente		(198.927)	(221.448)	(204.699)	(231.202)
Diferido		(42.502)	7.449	(42.414)	6.958
Lucro líquido do exercício		582.570	539.244	582.537	539.133
Atribuível a:					
Acionistas da companhia		-	-	582.570	539.244
Acionistas não controladores		-	-	(33)	(111)
Lucro por ação:	25				
Básico		1,06821	0,98626	1,06821	0,98626
Diluído		1,06821	0,98626	1,06821	0,98626

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do resultado abrangente

(em milhares de reais)

	Companhia		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	582.570	539.244	582.537	539.133
Outros resultados abrangentes	8.885	(18.264)	8.885	(18.264)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período:				
Ajuste acumulado de conversão	408	746	411	751
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial (CPC 50 / IFRS 17)	132	(242)	132	(242)
Outros resultados abrangentes líquidos (CPC 50 / IFRS 17)	8.342	(18.773)	8.342	(18.773)
Ajustes de avaliação patrimonial de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	3	5	-	-
Resultado abrangente do exercício	591.455	520.980	591.422	520.869
Atribuível a:				
Acionistas da companhia	-	-	591.455	520.980
Acionistas não controladores	-	-	(33)	(111)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

(em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido	Participação dos não controladores	Patrimônio Líquido - Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023		851.017	(35.610)	561.679	-	-	9.908	1.386.994	680	1.387.674
Transações de capital com os sócios		-	-	(161.492)	(447.141)	(71.572)	-	(680.205)	(105)	(680.310)
Ações em tesouraria adquiridas	19.4	-	-	-	-	(71.572)	-	(71.572)	-	(71.572)
Dividendos	19.5	-	-	-	(281.905)	-	-	(281.905)	-	(281.905)
Juros sobre capital próprio	19.5	-	-	-	(84.236)	-	-	(84.236)	-	(84.236)
Dividendo adicional proposto	19.5	-	-	(161.492)	(81.000)	-	-	(242.492)	(105)	(242.597)
Resultado abrangente total		-	-	5.663	533.581	-	(18.264)	520.980	(111)	520.869
Lucro líquido do período		-	-	-	539.244	-	-	539.244	(111)	539.133
Ajuste lucro líquido do período (diferença de prática contábil)		-	-	5.663	(5.663)	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	(18.264)	(18.264)	-	(18.264)
Ajuste acumulado de conversão		-	-	-	-	-	751	751	-	751
Outros resultados abrangentes (CPC 50 / IFRS 17)		-	-	-	-	-	(18.773)	(18.773)	-	(18.773)
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial (CPC 50 / IFRS 17)		-	-	-	-	-	(242)	(242)	-	(242)
Mutações internas do patrimônio líquido		-	-	86.440	(86.440)	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	19.3	-	-	86.440	(86.440)	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		851.017	(35.610)	492.290	-	(71.572)	(8.356)	1.227.769	464	1.228.233
Transações de capital com os sócios		-	-	(157.627)	(443.524)	63.740	-	(537.411)	-	(537.411)
Ações em tesouraria adquiridas	19.4	-	-	-	-	(12.887)	-	(12.887)	-	(12.887)
Dividendos	19.5	-	-	-	(338.155)	-	-	(338.155)	-	(338.155)
Juros sobre capital próprio	19.5	-	-	-	(105.369)	-	-	(105.369)	-	(105.369)
Dividendo adicional proposto	19.5	-	-	(81.000)	-	-	-	(81.000)	-	(81.000)
Cancelamento de ações em tesouraria	19.4	-	-	(76.627)	-	76.627	-	-	-	-
Resultado abrangente total		-	-	32.112	550.458	-	8.885	591.455	(33)	591.422
Lucro líquido do período		-	-	-	582.570	-	-	582.570	(33)	582.537
Ajuste lucro líquido do período (diferença de prática contábil)		-	-	32.112	(32.112)	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	8.885	8.885	-	8.885
Ajuste acumulado de conversão		-	-	-	-	-	411	411	-	411
Outros resultados abrangentes (CPC 50 / IFRS 17)		-	-	-	-	-	8.342	8.342	-	8.342
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial (CPC 50 / IFRS 17)		-	-	-	-	-	132	132	-	132
Mutações internas do patrimônio líquido		-	-	106.934	(106.934)	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	19.3	-	-	106.934	(106.934)	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		851.017	(35.610)	473.709	-	(7.832)	529	1.281.813	431	1.282.244

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do valor adicionado

(em milhares de reais)

	Companhia		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas	2.346.281	2.195.422	2.435.000	2.289.304
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.346.914	2.200.634	2.379.981	2.243.006
Vendas de bens e serviços	-	-	53.571	52.665
Provisão (reversão) para perdas sobre créditos	(633)	(5.212)	1.448	(6.367)
Insumos adquiridos de terceiros	(1.223.196)	(1.191.037)	(1.187.873)	(1.149.354)
Custos dos produtos, mercadorias e dos serviços vendidos	(1.023.461)	(979.604)	(1.011.165)	(972.979)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(21.744)	(28.772)	(21.210)	(29.053)
Outros	(177.991)	(182.661)	(155.498)	(147.322)
Outras receitas (despesas) operacionais	28.275	24.998	34.147	35.526
Despesas de comercialização	-	-	(1.351)	(1.431)
Despesas administrativas	(206.266)	(207.659)	(188.294)	(181.417)
Valor adicionado bruto	1.123.085	1.004.385	1.247.127	1.139.950
Retenções	(55.022)	(47.526)	(63.164)	(56.151)
Depreciação e amortização	(55.022)	(47.526)	(63.164)	(56.151)
Valor adicionado líquido produzido	1.068.063	956.859	1.183.963	1.083.799
Vlr adicionado recebido em transferência	129.983	148.195	130.944	139.802
Resultado de equivalência patrimonial	9.988	19.920	5.921	6.337
Receitas financeiras	119.995	128.275	125.023	133.465
Valor adicionado total a distribuir	1.198.046	1.105.054	1.314.907	1.223.601
Distribuição do valor adicionado	1.198.046	1.105.054	1.314.907	1.223.601
Pessoal	172.495	164.627	251.639	241.976
Remuneração direta	135.563	129.990	195.875	189.259
Benefícios	29.342	27.344	44.407	41.493
F.G.T.S.	7.590	7.293	11.357	11.224
Impostos, taxas e contribuições	376.774	347.434	408.453	383.161
Federais	341.407	314.053	367.784	344.112
Estaduais	63	69	536	466
Municipais	35.304	33.312	40.133	38.583
Remuneração de capitais de terceiros	66.207	53.749	72.278	59.331
Aluguéis	1.753	467	3.870	2.010
Outras	64.454	53.282	68.408	57.321
Remuneração de capitais próprios	582.570	539.244	582.537	539.133
Juros sobre capital próprio	105.369	84.236	105.369	84.236
Dividendos	338.155	362.905	338.155	362.905
Lucros retidos do exercício	139.046	92.103	139.046	92.103
Participação de não controladores nos lucros retidos	-	-	(33)	(111)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração dos fluxos de caixa (método indireto)

(em milhares de reais)

	Companhia		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	582.570	539.244	582.537	539.133
Depreciações e amortizações	55.022	47.526	63.164	56.151
Variações monetárias líquidas	726	(1.447)	202	(1.998)
Provisões (reversão) para ações judiciais	(7.711)	4.937	(8.279)	6.785
Alienação de ativo não circulante e outros	2.272	686	2.743	883
Equivalência patrimonial	(9.988)	(19.920)	(5.921)	(6.337)
Provisão (reversão) para perdas sobre créditos	633	5.212	(1.448)	6.367
Ajuste a valor presente (arrendamento)	836	956	2.100	2.321
Rendimentos de aplicações financeiras	(98.497)	(110.691)	(102.000)	(114.128)
Imposto de renda e contribuição social	241.429	213.999	247.113	224.244
	767.292	680.502	780.211	713.421
Variações nos ativos e passivos				
Títulos avaliados a valor justo por meio do resultado	129.158	28.366	128.914	29.636
Outras contas a receber, tributos a recuperar, despesas antecipadas e outros ativos circulantes	(30.662)	36.221	(28.078)	28.470
Estoques	-	-	30	1.367
Realizável a longo prazo (não circulante)	4.988	(3.793)	(704)	(3.030)
Ativos e passivos de contratos de seguro e resseguro	(61.226)	(6.668)	(61.316)	(13.377)
Obrigações fiscais (tributos a recolher)	7.779	(3.845)	9.257	(3.982)
Obrigações trabalhistas, fornecedores e outras contas a pagar	4.988	17.391	12.051	24.041
Exigível a longo prazo (passivo não circulante)	(25.790)	(9.240)	(30.875)	(13.502)
	796.527	738.934	809.490	763.044
Juros e multas pagos	(968)	(1.620)	(1.117)	(1.758)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(213.854)	(209.839)	(218.319)	(219.584)
Aumento de caixa gerado em atividades operacionais	581.705	527.475	590.054	541.702
Fluxo das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	(4.115)	(8.425)	(6.248)	(10.552)
Aquisição de intangível	(78.526)	(81.713)	(78.719)	(81.997)
Baixa de Investimentos	-	-	1.231	-
Dividendos recebidos de controladas e controladas em conjunto	11.550	14.325	6.050	6.325
Aumento de capital em investida	(5.000)	-	-	-
Alienação de imobilizado e intangível	86	169	86	169
Aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado	-	(34.994)	-	(34.994)
Resgates de aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado	176.738	200.372	176.740	200.372
Aumento de caixa gerado em atividades de investimentos	100.733	89.734	99.140	79.323
Fluxo das atividades de financiamentos				
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(662.132)	(542.612)	(662.132)	(542.758)
Aquisição de ações próprias - em tesouraria	(15.307)	(69.153)	(15.307)	(69.153)
Pagamento de arrendamento	(2.794)	(3.276)	(8.338)	(6.974)
Redução de caixa aplicado em atividades de financiamentos	(680.233)	(615.041)	(685.777)	(618.885)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.205	2.168	3.417	2.140
Caixa e equivalentes de caixa				
Saldo inicial	15.783	13.615	16.531	14.391
Saldo final	17.988	15.783	19.948	16.531
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.205	2.168	3.417	2.140

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional e informações gerais

A Odontoprev S.A. (Companhia ou Odontoprev), sociedade anônima de capital aberto, está localizada na Alameda Araguaia, 2104, 21º andar, Alphaville – Barueri, São Paulo – Brasil.

A Companhia iniciou suas operações em 28 de agosto de 1987 e tem por objeto social a atividade de operação de planos privados de assistência odontológica, administração, comercialização ou disponibilização dos referidos planos destinados a pessoas jurídicas e/ou físicas, bem como a participação, como sócia, acionista ou cotista em outras sociedades civis ou comerciais, em empreendimentos comerciais de qualquer natureza no Brasil e/ou no exterior e a administração de bens próprios e/ou de terceiros.

A Companhia enquadra-se como operadora odontológica no segmento terciário de acordo com a Resolução Normativa (RN) nº 531 de 02 de maio de 2022 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

A Odontoprev tem suas ações negociadas na B3 sob o código “ODPV3” e está listada, desde 01 de dezembro de 2006, no segmento de governança corporativa denominado Novo Mercado.

A Companhia, em 31 de dezembro de 2025, declara ter condições de levar até o vencimento as aplicações financeiras classificadas na categoria “custo amortizado”.

A Companhia possui participação direta e indireta em outras entidades conforme quadro a seguir:

	Participação no capital social (%)							
	31/12/2025				31/12/2024			
	Controladas		Coligada Indireta	Controle conjunto	Controladas		Coligada Indireta	Controle conjunto
	Direta	Indireta			Direta	Indireta		
EMPRESAS:								
Odontoprev Serviços Ltda. (Odontoprev Serviços)	100,0	-	-	-	100,0	-	-	-
Easy Software S.A. (Easy Software)	-	51,0	-	-	-	51,0	-	-
Dental Partner Comércio de Produtos e Equipamentos Odontológicos Ltda. (Dental Partner)	-	100,0	-	-	-	100,0	-	-
SF 210 Participações Societárias S.A. (SF 210) ²	-	-	-	-	-	-	18,1	-
Clidec Participações S.A. (Clidec Participações) ¹	-	-	-	-	-	100,0	-	-
Machiron Desenvolvimento de Sistemas S.A. (MaChiron) ²	-	-	-	-	-	-	20,0	-
OPERADORA ODONTOLÓGICA SEGMENTO TERCIÁRIO - RN 531 ANS:								
Brasilidental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Brasilidental)	-	-	-	25,0	-	-	-	25,0
REDE DE CLÍNICAS ODONTOLÓGICAS E RADIOLÓGICAS:								
Clidec - Clínica Dentária Especializada Cura D'ars Ltda. (Clidec)	100,0	-	-	-	100,0	-	-	-
Boutique Dental Ltda. (Boutique Dental)	-	100,0	-	-	-	100,0	-	-
Clínicas Radiológicas Papaiz (Papaiz) ¹	-	100,0	-	-	-	100,0	-	-
Lúmax Radiologia e Tomografia Odontológica Ltda (Lúmax) ¹	-	-	-	-	-	100,0	-	-
EMPRESAS NO MÉXICO:								
Odontored CV Sociedad Anónima de Capital Variable (Odontored)	100,0	-	-	-	100,0	-	-	-
Oprev Administradora Sociedad Anónima de Capital Variable (Oprev)	-	100,0	-	-	-	100,0	-	-

¹Em 02 de janeiro de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovou a incorporação das controladas indiretas Clidec Participações e Lúmax, pela empresa Papaiz, ambas controladas indiretas da Companhia.

²Em 09 de setembro de 2025, foi concluído o processo de encerramento da empresa MaChiron Desenvolvimento de Sistemas S.A. e, em 13 de novembro de 2025, foi aprovada a liquidação, dissolução e extinção da SF 210 Participações Societárias S.A., ambas coligadas da controlada Odontoprev Serviços. As respectivas baixas de certidão foram devidamente registradas junto aos órgãos competentes. As decisões foram tomadas pela Administração com base em critérios estratégicos, não havendo impactos relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas do grupo Odontoprev S.A.

Odontoprev Serviços: constituída em 03 de dezembro de 1999 para prestação de serviços de assessoria comercial, consultoria e gestão de negócios, bem como participar de outras sociedades como sócia ou acionista.

Easy Software: constituída em 03 de novembro de 1993, Controlada da Odontoprev Serviços, para o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, bem como participar de outras sociedades como sócia ou acionista.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dental Partner: constituída em 14 de novembro de 2008 para o comércio atacadista e varejista de produtos e equipamentos, saneantes, drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, bem como o comércio atacadista de medicamentos e drogas de consumo humano, prestação de serviços de armazenamento, depósito, carga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie, prestação de serviços de: (i) programação e organização técnica e administrativa; e (ii) administração em geral de bens e negócios.

Brasildental: constituída em 12 de março de 2014, Controlada em Conjunto com a BB Seguros Participações S.A., para operação de planos privados de assistência odontológica na administração, comercialização ou disponibilização dos referidos planos destinados a pessoas jurídicas e/ou físicas.

Clidec: constituída em 02 de julho de 1970, tem por objeto a prestação de serviços clínicos odontológicos.

Boutique Dental: constituída em 21 de outubro de 2011, Controlada da Clidec, tem como objetivo a prestação de serviços odontológicos, participar de outras sociedades como sócia ou acionista.

Papaiz: participação em clínicas radiológicas adquirida em 31 de janeiro de 2013, sendo até então Controlada em Conjunto com o Grupo Fleury.

Em 01 de fevereiro de 2023 foi concluída a aquisição de controle das ações ordinárias representativas de 51% do seu capital social, passando a deter 100% do capital social e controle desta empresa.

Odontored: constituída em 13 de agosto de 2009, localizada no México para o desenvolvimento de planos de assistência odontológica incluindo a operação, administração e comercialização, bem como a prestação de serviços de assistência odontológica direta ou indiretamente através de terceiros. Foi autorizada a operar como seguradora especializada em saúde pela Secretaria de Saúde em 06 de junho de 2013 e em 15 de julho de 2013 a Comissão Nacional de Seguros e Fianças (CNSF) permitiu operacionalizar seguros de acidentes e enfermidades nos ramos de saúde e gastos médicos.

Oprev: constituída em 12 de dezembro de 2019, Controlada da Odontoprev Serviços e localizada no México para prestação de serviços especializados relacionados a acidentes e enfermidades, além de serviços atuariais, financeiros, administrativos, comerciais e de administração de riscos.

Aprovação das demonstrações financeiras

A autorização e a aprovação para emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreram na reunião do Conselho de Administração (RCA) em 26 de fevereiro de 2026.

2. Descrição das políticas contábeis materiais

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as consolidadas em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Ainda, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os requisitos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Administração declara também que estas demonstrações financeiras estão sendo elaboradas seguindo a premissa de continuidade de suas operações.

2.1.1. Base de consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(a) Controladas

São todas as empresas nas quais a Companhia tem controle direto ou indireto na administração financeira e operacional. A Companhia exerce controle sobre uma investida quando ela possui: (i) poder sobre a investida; (ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. As Controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido à Odontoprev.

É adotado o método de contabilização da aquisição para registro contábil das combinações de negócios, sendo o registro efetuado pelo valor justo de transferência dos ativos, passivos e patrimônio líquido apurados no momento da aquisição. Os custos relacionados às aquisições são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos. Nas demonstrações financeiras consolidadas, a participação de não controladores nas empresas Controladas é reconhecida proporcionalmente tomando por base o valor justo no momento da aquisição.

O excesso entre o valor pago e o valor justo dos ativos e dos passivos assumidos na data da aquisição de qualquer participação patrimonial é registrado como ágio (*goodwill*), após a alocação em itens tangíveis e/ou intangíveis.

Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos das empresas Controladas, bem como os resultados de equivalência patrimonial, além dos saldos ativos, passivos e de resultado decorrentes de transações entre tais empresas.

(b) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

Coligadas: são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa e exerce o poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional sem deter o controle. Os investimentos em Coligadas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Controle conjunto (*joint venture*): são todas as entidades nas quais há o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle do negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Tais investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(c) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo e quaisquer receitas ou despesas são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(d) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

2.2. Contratos de seguros

(a) Definição de contratos de seguros

A Companhia define como contrato de seguros o contrato com o qual uma parte aceita o risco de seguro significativo da outra parte, concordando em indenizar o titular da apólice caso determinado evento futuro incerto afete adversamente o titular da apólice.

A definição da Companhia está em linha com a orientação normativa, sendo assim, os contratos que atendem a definição de seguros (seguro emitido, resseguro aceito e emitido e contratos de investimentos com participação discricionária) devem estar mensurados de acordo com as diretrizes do CPC 50 / IFRS 17. A Odontoprev avaliou os seus contratos de seguros emitidos e considerou que os produtos pré-estabelecidos da Companhia atendem às definições de contratos de seguros, e encontram-se dentro do alcance da norma CPC 50 / IFRS 17.

Produtos pré-estabelecidos são aqueles em que o valor da mensalidade é calculado previamente com base nas coberturas contratadas pelo contratante (pessoa física ou jurídica) do plano odontológico e que, portanto, há transferência de risco de seguro para a Companhia.

Com relação aos produtos pós-estabelecidos, estes estão fora do alcance da CPC 50 / IFRS 17 pois não há risco de seguro e, por isso, são mensurados de acordo as regras estabelecidas pelo CPC 47 / IFRS 15 como contrato de serviço.

(b) Nível de agregação dos contratos

Para fins de mensuração, o IFRS 17 exige que os contratos de seguro sejam agregados com base em riscos semelhantes que são administrados em conjunto, os quais devem ser segregados por safras (ou seja, por ano de emissão) e depois divididos em três categorias: grupos de contratos que são onerosos no reconhecimento inicial, grupos de contratos que, no reconhecimento inicial, não têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos no futuro e grupo de contratos remanescentes na carteira, se houver.

Contratos de seguro são considerados como onerosos na data de reconhecimento inicial, se os fluxos de caixa de cumprimento alocados ao contrato, quaisquer fluxos de caixa de aquisição de seguro previamente reconhecidos e quaisquer fluxos de caixa decorrentes do contrato na data de reconhecimento inicial no total forem uma saída líquida, ou seja, representando uma perda que deve ser reconhecida no resultado para o fluxo de saída líquido para o grupo de contratos onerosos, que resulte no valor contábil do passivo para o grupo sendo igual aos fluxos de caixa de cumprimento e a margem contratual de seguro do grupo sendo zero. Por representar uma perda no reconhecimento inicial, diferentemente dos contratos não onerosos, impactando negativamente o resultado, estes são mensurados de maneira separada para que a organização possa gerenciá-los mais precisamente e saber exatamente o impacto individual da onerosidade dos contratos em suas demonstrações.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas Controladas possuem uma carteira composta apenas de contratos não onerosos e sem possibilidade de se tornarem onerosos futuramente.

(c) Limites de contrato

Os fluxos de caixa estão dentro do limite de contrato de seguro se resultarem de direitos e obrigações substantivos que existem durante o período de relatório em que a entidade pode exigir do titular do contrato o pagamento das contraprestações ou em que a entidade tem obrigação substantiva de prestar cobertura de seguro ao titular do contrato.

Desta forma, para as carteiras de Planos Pessoa Física (PF), o limite de contrato será o momento em que o segurado optar por deixar o plano contratado, visto que a empresa que emite contrato de seguro não possui a prerrogativa de cancelar o contrato unilateralmente. Esse limite é refletido no fluxo através da tábua de permanência. Já para as carteiras de Planos Pessoa Jurídica Coletivo Empresarial e Coletivo por Adesão (CORP e PME), o limite de contrato pela projeção de contraprestações é mensal, visto que o contrato é renovado mensalmente e pode ser cancelado por ambas as partes envolvidas.

(d) Separação dos componentes de contrato

A IFRS 17 requer a contabilização separada dos seguintes componentes que podem fazer parte de um contrato de seguro:

- Derivativos embutidos;
- Componente de investimentos; e
- Compromissos de transferência de bens ou serviços não seguros distintos.

Através da análise dos contratos de seguro da Companhia, não foram identificados componentes que precisariam ser tratados de forma apartada. Dentro do segmento pessoa jurídica coletivo empresarial, encontra-se um plano, o qual apresenta o componente de serviço chamado *Concierge*. O fluxo desse serviço está altamente relacionado ao fluxo de seguros, o que faz com que não seja necessária a separação desse componente e ele possa ser avaliado como um contrato de seguro.

(e) Mensuração dos contratos

O Passivo para Cobertura Remanescente (PCR) representa a obrigação da entidade de investigar e pagar eventos válidos para eventos segurados que ainda não ocorreram. A PCR também abrange a obrigação da entidade de pagar valores de acordo com contratos de seguro existentes que estejam relacionados com coberturas de contratos ainda não prestados (obrigações relacionadas com a prestação futura de serviços de contratos de seguro) e quaisquer componentes de investimentos ou outros montantes que estejam relacionados com a prestação de serviços do contrato de seguro e que não tenham sido transferidos para a responsabilidade por eventos incorridos. A reserva PCR pode ser calculada a partir de três metodologias: Modelo Geral de Mensuração (GMM/BBA, na sigla em inglês), Abordagem de Taxa Variável (VFA, na sigla em inglês) e Abordagem de Alocação de Prêmios (PAA, na sigla em inglês).

O Modelo Geral de Mensuração (GMM/BBA) da CPC 50 / IFRS 17 requer que as empresas que emitem contratos de seguros e resseguros mensurem seus contratos de seguro, no momento inicial, pelo valor total estimado de fluxo de caixa esperado, ajustado pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco explícito relacionado com o risco não financeiro, além da margem contratual de seguros. A Companhia prevê a aplicação do Modelo Geral de Mensuração para os contratos dos Planos Pessoa Física - PF.

Além do Modelo Geral de Mensuração, a CPC 50 / IFRS 17 prevê, como forma de simplificar o processo de mensuração, a Abordagem de Alocação de Prêmios (PAA). Esse modelo simplificado é aplicável, para contratos com período de cobertura de até um ano ou aqueles que tenham um reconhecimento do resultado similar ao Modelo Geral de Mensuração. A Odontoprev aplica o modelo simplificado PAA para os grupos de contratos de planos pessoa jurídica coletivo empresarial e coletivo por adesão (CORP e PME). Entretanto, tendo em vista que tais grupos de contratos possuem seus passivos com característica de curto prazo, porém com duração de 24 a 36 meses, de acordo com o requerido pela norma CPC 50 / IFRS 17, foi necessário aplicar o teste de aderência para que fosse permitida a aplicação da abordagem de mensuração simplificada. Neste teste, a Companhia avaliou se a mensuração, utilizando a abordagem simplificada PAA, resultaria em mensuração similar àquela considerada aplicando-se a modelagem padrão - BBA. Os testes de aderência são realizados anualmente.

A Companhia não mensurou contratos pelo Modelo de Taxa Variável (VFA).

(f) Estimativa de fluxos de caixa futuros

Os itens considerados como fluxos de caixa futuros de entrada e saída pela Odontoprev dentro do limite são: (i) contraprestações, refletindo os cancelamentos nos contratos de longo prazo através da taxa de permanência (tábua de permanência) da marca/produto; (ii) pagamentos, incluindo eventos avisados, ocorridos e não pagos, e todos os pagamentos futuros relacionados a eventos (PDR - Provisão de despesas relacionadas); (iii) alocação de fluxos de caixa de aquisições de seguro atribuíveis à carteira à qual pertence o contrato, que deve ser entendido como despesa comercial; (iv) custos de manutenção e administração de contratos, tais como custos de cobrança de contraprestações, processamento das alterações de contratos e custos de tramitação de eventos, que devem ser entendidos como outros custos operacionais; e (v) alocação de gastos gerais fixos e variáveis (tais como custos de contabilidade, recursos humanos, tecnologia da

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

informação e suporte, aluguel e manutenção), denominados despesas administrativas, diretamente atribuíveis ao cumprimento dos contratos e impostos baseados em transações.

(g) Taxa de desconto

Taxa de Desconto é a taxa utilizada para refletir o valor do dinheiro no tempo. Esta pode ser construída a partir de duas metodologias: *Top-Down* ou *Bottom-Up*. Na metodologia *Top-Down*, o cálculo da Taxa de Desconto se dá através da análise de comportamento do rendimento dos ativos sob a perspectiva do ALM (*Asset Liability Management*) especificamente, a obtenção da TIR (Taxa Interna de Retorno) do ativo e, posteriormente, se constrói uma curva de desconto através da interpolação da TIR desses ativos. ALM representa uma técnica de gerenciamento de riscos que visa evitar o descasamento entre ativos e passivos. Já na metodologia *Bottom-Up*, o cálculo da Taxa de Desconto é realizado a partir de uma taxa livre de risco, que no Brasil considera-se a ETTJ PRE da SUSEP, sobre a qual se acrescenta o risco de iliquidez. O risco de iliquidez mede o risco exposto no caso de não recebimento de determinado cupom, ou seja, mede o quanto isso causa de impacto no cumprimento das obrigações da empresa que emite contratos de seguro.

A taxa de desconto utilizada pela Odontoprev para descontar os fluxos de caixa para todos os produtos é a *Bottom-Up*.

(h) Ajuste de risco (RA)

O Ajuste de Risco (RA – “*Risk Adjustment*”) é o ajuste feito pela entidade na estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros para compensar a incerteza sobre o valor e o prazo dos fluxos de caixa que decorrem de risco não financeiro conforme a entidade cumpre o contrato de seguro.

Levando-se em conta as disponibilidades de informação da Odontoprev, aplica-se para o cálculo do ajuste de risco não financeiro a metodologia de Custo de Capital. Sob esta abordagem de cálculo de Custo de Capital, o RA é o custo de fornecer um montante de fundos elegíveis igual ao capital necessário para suportar os compromissos de seguro durante a vigência do contrato. Essa metodologia se destaca pela simplicidade no cálculo com a obtenção de capital regulatório e pelo fato de tal metodologia ser utilizada em diferentes países, que possuem regulamentações baseadas em risco. O percentil equivalente. Neste sentido, o percentil que representa o nível de confiança equivalente ao custo de capital utilizado, é demonstrado abaixo:

Carteira	PCR – RA	PSI – RA
PF	59,3%	59,3%
CORP	n/a	59,3%
PME	n/a	59,3%

Carteira	PSI Seguros - RA	PSI RESSEGUROS – RA
Odontored	58,8%	58,8%

(i) Alocação da margem contratual de serviço (CSM)

Uma parcela da margem contratual de serviço é reconhecida em cada resultado do período para refletir os serviços de seguro prestados. O valor da parcela é determinado identificando as unidades de cobertura, alocando a margem contratual de serviço no final do período igualmente para cada unidade de cobertura fornecida no período corrente, que se espera que seja fornecida no futuro, reconhecendo no resultado o valor alocado às unidades de cobertura consumidas no período.

Para os grupos de contrato mensurados pelo Modelo Geral de Mensuração (GMM/BBA), a entidade deve reconhecer a margem contratual de seguro ao longo da duração do grupo de contratos de forma sistemática que reflita a transferência dos benefícios do seguro de acordo com o contrato. Vale ressaltar que o CSM só é mensurado para os contratos que seguem a metodologia GMM/BBA ou VFA, desta forma, apenas os contratos pessoa física (PF) mensuram o CSM.

A Odontoprev aplicou julgamento e considerou todos os fatos e circunstâncias relevantes para determinar um método sistemático e racional para estimar os serviços de contratos de seguros prestados para cada grupo de contratos. As bases para determinar a quantidade de cobertura fornecida para cada produto para a apropriação do CSM são determinadas com

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

base nos fluxos de entrada, número de segurados ou volume de provisões, a depender do grupo de contrato. Os juros sobre o CSM serão reconhecidos usando a curva de desconto no reconhecimento inicial.

(j) Reconhecimento inicial

A Odontoprev adotou a Abordagem Retrospectiva Total para os grupos de contratos de seguro emitidos a partir de 2021 e, para os grupos de contratos de seguro emitidos até 2020, foi adotada a abordagem do Valor Justo, devido à impraticabilidade de aplicação das demais abordagens. Abaixo tem-se detalhado as duas formas de mensuração:

Abordagem Retrospectiva Total

Consiste na mensuração dos contratos de seguros desde a sua emissão, necessitando que a Companhia tenha dados disponíveis para realizar as projeções de fluxo de caixa, cálculo da taxa de desconto e *Risk Adjustment* desde o reconhecimento inicial dos contratos.

Abordagem do valor justo (*Fair Value*):

Consiste na mensuração dos contratos de seguros ao valor justo na data da transição.

Para os grupos de contrato mensurados através da abordagem simplificada (PAA), para os grupos CORP e PME, a metodologia de transição foi a Retrospectiva Total.

Já para o grupo PF, mensurado pelo Modelo Geral de Mensuração (GMM/BBA), a metodologia utilizada foi o *Fair Value*, especificamente para os contratos emitidos até 2020. Para os contratos emitidos a partir de 2021, a metodologia de transição foi a Retrospectiva Total.

(k) Apresentação

Carteiras de contratos de seguro que são ativos e aqueles que são passivos, são apresentados separadamente no balanço patrimonial. Quaisquer ativos ou passivos reconhecidos para fluxos de caixa antes do reconhecimento do grupo de contratos de seguros são incluídos no valor contábil das carteiras de contratos relacionadas. As despesas e receitas de seguro excluem quaisquer componentes de investimento e são reconhecidas como segue.

(l) Receita de seguros - Contratos calculados por GMM/BBA

A Odontoprev reconhece a receita de seguros à medida que satisfaz suas obrigações de desempenho, ou seja, à medida que presta serviços sob grupos de contratos de seguros. Para os contratos mensurados pelo GMM/BBA, a receita de seguros relativa aos serviços prestados para cada ano representa o total das variações no passivo por cobertura remanescente que se relacionam aos serviços atuais pelos quais a Odontoprev espera receber contraprestação e compreende os itens a seguir:

- As despesas com serviços de seguros incorridas no período;
- As mudanças no ajuste de risco para risco não financeiro;
- O valor a ser liberado de CSM pelas coberturas prestadas no período; e
- Outros valores, como ajustes de experiência para recebimentos de contraprestações relacionadas ao período atual ou passado, se houver.

Além disso, a Odontoprev aloca uma parcela das contraprestações referentes à recuperação dos fluxos de caixa de aquisição de seguros a cada período de forma sistemática com base na passagem do tempo. A Companhia reconhece o valor alocado, ajustado pelo acréscimo de juros às taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial do grupo de contratos relacionados, como receita de seguros e igual valor como despesas de serviços de seguros.

(m) Receita de seguros - Contratos calculados por PAA

Para os contratos mensurados pelo PAA, a receita de seguro de cada período é o valor dos recebimentos de contraprestações esperadas pela prestação de serviços no período.

(n) Despesas de seguros

As despesas com serviços de seguros decorrentes de contratos de seguros são reconhecidas no resultado geralmente à medida que são incorridas. Excluem amortizações de componentes de investimento e compreendem os seguintes itens:

- Alterações na provisão de eventos incorridos relacionados a eventos e despesas incorridas no período;
- Alterações na provisão de eventos incorridos relacionados a eventos e despesas incorridas em períodos anteriores (relacionados a serviços passados);
- Outras despesas de serviço de seguro diretamente atribuíveis incorridas no período;
- Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguros;
- Componente de perda de grupos onerosos de contratos inicialmente reconhecidos no período; e
- Mudanças no PCR relacionadas ao serviço futuro que não ajustam o CSM, pois são mudanças no componente de perda nos grupos de contratos onerosos.

(o) Receitas e despesas financeiras de seguros

As receitas e despesas financeiras de seguros incluem variações nos valores contábeis de grupos de contratos de seguro decorrentes dos efeitos do valor monetário temporal, do risco financeiro e das variações de taxas e hipóteses. A Companhia reconhece no resultado, os juros referentes aos contratos de seguros e, em outros resultados abrangentes, o valor referente à variação nas taxas e hipóteses financeiras. O objetivo da apresentação segregada das receitas e despesas financeiras da entidade tem como finalidade evitar maior volatilidade nos resultados do período.

2.3. Segmentos operacionais

As informações são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais e estratégicas da Companhia, a Diretoria Estatutária, que é responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais (nota 20).

2.4. Moeda funcional e conversão em moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são avaliados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional) e tais demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$).

Para as Controladas Odontored e Oprev (nota 1) a moeda funcional é o peso mexicano, a qual é convertida para a moeda funcional da Companhia para fins de apresentação, utilizando-se a taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço (ativos e passivos circulantes), da data das transações (investimento, imobilizado, intangível e patrimônio líquido) e média mensal (receitas e despesas). Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço são reconhecidos no patrimônio líquido.

2.5. Ativo circulante**2.5.1 Classificação****(a) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa corresponde às disponibilidades que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da Companhia sem restrições para o uso imediato (nota 5).

Equivalentes de caixa são ativos de alta liquidez mantidos para atender a compromissos de curto prazo, os quais possuem vencimentos originais em até três meses de sua aquisição com risco insignificante de mudança de valor (nota 5).

(b) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

De acordo com a norma CPC 48 / IFRS 9, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo através do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, a entidade pode, no reconhecimento inicial, designar de modo irrevogável o ativo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado se, ao fazê-lo, puder eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração (descasamentos contábeis).

Os ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado da Companhia são classificados dessa forma visto que não são aprovados no teste de SPPI (*"Solely Payments of Principal and Interest"*) de acordo com as orientações do CPC 48 / IFRS 9. Para esses ativos, a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Tais ativos financeiros correspondem a aplicações financeiras contabilizadas no ativo circulante (notas 4.1.1 e 6) e mudanças em seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

(c) Ativos financeiros ao custo amortizado**(i) Aplicações financeiras**

Os ativos financeiros mensurados a custo amortizado são avaliados pelo teste de SPPI e com base no modelo de negócios. Os ativos apresentam fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Além disso, são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para a manutenção em carteira até o vencimento. São mensurados no ativo não circulante quando o vencimento é superior a 12 meses e são registrados pelo custo na respectiva data de aquisição acrescidos dos rendimentos (nota 4.1.1 e nota 6).

(ii) Recebíveis

São ativos financeiros mantidos pela Companhia a fim de receber fluxos de caixa contratuais que representam o pagamento de principal e juros. São classificados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados no ativo não circulante).

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros são reconhecidos pelo valor justo e custo amortizado, sendo que os custos, os ganhos e perdas decorrentes da transação são contabilizados em contrapartida à conta específica do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os riscos e benefícios da propriedade tenham sido transferidos significativamente pela Companhia.

2.5.3 Estimativa do valor justo

A Companhia aplica o CPC 46/IFRS 13 – Mensuração do valor justo para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação destas mensurações de acordo com o nível hierárquico destacados a seguir, e tem como política de gestão de risco financeiro a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras (nota 4.1.1).

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados operantes para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: informações para o ativo ou passivo que não são baseadas em variáveis observáveis de mercado.

2.5.4 Recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas Controladas avaliam no final de cada período se há evidência de que a qualidade de crédito de um ativo ou grupo de ativos está deteriorada e os prejuízos de *impairment* são incorridos como resultado de um evento de perda, o qual tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e suas Controladas reconhecem na provisão de cobertura remanescente de seguros uma parcela referente a redução ao valor recuperável sobre contraprestações a receber considerando as faturas em atraso acima de 60 dias para contratos individuais e 90 dias para contratos coletivos, acrescida de um percentual médio de perda apurado em um estudo de comportamento histórico da carteira. As perdas com clientes são registradas no resultado de seguros.

Os valores até R\$15 vencidos acima de 180 dias e os acima de R\$15 vencidos acima de 365 dias, para os quais não há mais expectativa da Administração para recuperação, são contabilizados como perda efetiva no resultado de seguros.

Mediante a avaliação da existência de evidência objetiva de perda por *impairment*, a Companhia e suas Controladas mensuram a provisão, reduzindo o saldo contábil ao seu valor recuperável e reconhecendo o valor da provisão. Caso, num período subsequente, ocorrer a diminuição do valor da perda por *impairment* e esta puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após ter sido reconhecida, a recuperação e reversão são reconhecidas na demonstração do resultado.

Com relação aos Títulos Públicos, o risco de crédito é baixo, não havendo indicativo de perda de acordo com o *rating* apresentado (nota 4.1.1).

As demais classes de ativos financeiros classificadas a custo amortizado não contêm ativos classificados como *impaired*. A exposição máxima de risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de ativos financeiros.

2.6. Ativos e Passivos Não Circulante

2.6.1 Realizável a longo prazo

(a) Imposto de Renda e Contribuição Social (IRPJ/CSLL) diferidos – ativo e passivo

Os ativos fiscais diferidos cuja dedutibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças temporárias tributáveis, ou seja, sobre as diferenças que resultarão em valores a serem excluídos no cálculo do resultado tributável do imposto de renda e da contribuição social de exercícios futuros (nota 9.1).

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem realizadas ou revertidas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

(b) Depósitos judiciais cíveis, fiscais e trabalhistas

Referem-se a processos cíveis, fiscais e trabalhistas regularmente atualizados monetariamente. Os depósitos realizados em processos cíveis e trabalhistas são atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("INPC"). Os depósitos realizados em processos fiscais são atualizados pelo Índice Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC") e, a partir de 16 de setembro de 2024, os processos fiscais de natureza federal, anteriormente atualizados pela SELIC, passaram a ser atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") (nota 9.2).

(c) Investimentos (participações societárias)

Representados por investimentos em Controladas, Coligadas e Controladas em Conjunto, avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base em seus respectivos balanços patrimoniais (nota 10).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Imobilizado

(i) Imobilizado em operação (imobilizações)

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear às taxas anuais (nota 11).

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos no resultado.

Quando há algum indicativo de perda, a Companhia avalia a constituição de *impairment*.

(ii) Direito de uso (CPC 06 (R2) / IFRS 16)

Para as operações de arrendamento, a Companhia avaliou a existência de contratos que transferem ao cliente o direito de controlar o uso do ativo identificado por um período, em troca de contraprestação. Sendo assim, a Companhia e suas Controladas, como arrendatárias em contratos de imóveis e de equipamentos, possui o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso destes ativos, e o direito de direcionar o uso deles.

No início de um arrendamento é reconhecido um passivo de arrendamento e um ativo de direito de uso (notas 11 e 18). As despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo e subsequentemente deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada de maneira linear pelo prazo dos arrendamentos.

O passivo de arrendamento é reconhecido por estimativa do valor presente dos pagamentos, levando em consideração a taxa de captação livre de risco ajustada pelo *spread* de crédito na aplicação da taxa incremental.

(e) Intangível

(i) Ágio (*goodwill*) na aquisição de investimentos

Refere-se ao ágio fundamentado na geração de lucros futuros, pagos na aquisição de investimentos (notas 12 e 12.1). É representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da Controlada adquirida e da alocação de itens intangíveis.

O *goodwill* é contabilizado pelo seu valor de custo deduzido das perdas acumuladas por *impairment*, se houver, as quais não são revertidas.

(ii) Desenvolvimento de sistemas e licenças de uso de *softwares*

Os gastos com desenvolvimento de sistemas e licenças de uso de *softwares* que são diretamente atribuíveis a projetos e aos testes de produtos de *softwares* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis até que estejam prontos para serem utilizados. São amortizados pelo método linear, no prazo médio de 60 meses (nota 12). Após a conclusão dos projetos, os gastos de manutenção são reconhecidos como despesa.

(iii) Ativos intangíveis alocados

Valores atribuídos à marca, carteira de clientes e acordo de não concorrência oriundos de aquisição de controle em investidas, os quais são amortizados pelo método linear de acordo com os prazos identificados em laudo de avaliação (nota 12.1).

2.7. Recuperabilidade (*impairment*) de ativos não financeiros

A Companhia efetua análise anual do valor de recuperação dos ativos, com a finalidade de: (i) verificar se há indicativo de perda por redução ao valor de recuperação de ativos e; (ii) medir a eventual perda por redução ao valor de recuperação de

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ativos existentes, com o objetivo de complementar ou reverter provisão para perdas, quando aplicável, por redução ao valor de recuperação de ativos.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação/amortização são revisados anualmente para a verificação de *impairment* ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor contábil do ativo que excede seu valor recuperável (maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso).

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment* (nota 12.1).

2.8. Tributos e encargos sociais a recolher

(a) **IRPJ e CSLL:** são calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 ao ano e engloba a parcela correspondente aos incentivos fiscais (notas 15 e 24). A CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro real (notas 15 e 24).

(b) **Demais obrigações fiscais:** compostas, principalmente, pelas provisões para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), as quais são calculadas com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente e constituídas às alíquotas de 0,65% e de 4% respectivamente, ambas sobre o faturamento (notas fiscais emitidas) deduzido de eventos indenizáveis pagos (nota 15).

(c) **Obrigações fiscais municipais:** corresponde à provisão para o Imposto Sobre Serviços (ISS) calculado com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, constituída a alíquotas que variam de 2% a 5% (nota 15).

(d) **Obrigações sociais:** encargos sociais a recolher, contribuições ao Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (nota 15).

2.9. Comercialização sobre operações

Compromissos com prestadores de serviços de intermediação de planos, comissões e agenciamentos a pagar, que são, em sua maioria liquidados mensalmente.

2.10. Outras contas a pagar

Incluem-se obrigações a liquidar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios que são classificados no passivo circulante, exceto se o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados no passivo não circulante (nota 16).

2.11. Provisões para ações judiciais (contingências)

A Companhia e suas Controladas avaliam suas contingências de acordo com as determinações emanadas pelo pronunciamento contábil CPC 25/IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, no qual apenas os processos estimados como “perdas prováveis”, baseados na opinião dos assessores jurídicos internos e externos sobre a causa das ações, na similaridade com processos anteriores, na complexidade da causa e na jurisprudência em casos semelhantes, são provisionados 100% dos valores pretendidos (nota 17.1).

Os processos perante a ANS, aos órgãos de proteção ao consumidor e aos órgãos de classe, seguem a mesma regra de provisionamento acima, onde apenas os processos estimados como “perdas prováveis”, baseados na opinião dos assessores jurídicos internos e externos sobre a causa das ações, na similaridade com processos anteriores e na complexidade da causa, são provisionados 100% dos valores envolvidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os processos judiciais relacionados a obrigações tributárias (legais, fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras, com eventual constituição de provisão, e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa Selic).

2.12. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido (nota 19.1).

A Companhia recompra ações visando maximizar a geração de valor para os acionistas.

2.13. Reconhecimento das receitas

(a) Vendas de bens e serviços

As receitas de vendas de bens e serviços são apropriadas ao resultado conforme regime de competência e atendendo ao cumprimento das obrigações de performance (notas 20 (d) e 21). Na modalidade de planos odontológicos pós-estabelecidos, a Odontoprev administra as despesas odontológicas em favor de seus clientes e é integralmente reembolsada pelos clientes, registrando como receita da operação somente sua taxa de administração.

(b) Financeiras

Receitas oriundas dos rendimentos das aplicações financeiras e atualizações monetárias (nota 23).

2.14. Benefícios a empregados e administradores

Em relação aos benefícios a empregados e administradores, a Companhia e suas Controladas classificam em despesas administrativas as participações no resultado e o Programa de Incentivo de Longo Prazo (ILP), conforme determinações do CPC 33 (R1)/IAS 19 – Benefícios a Empregados.

2.15. Dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP)

A distribuição de dividendos e JCP para os acionistas da Odontoprev é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no Estatuto Social da Companhia que prevê um dividendo mínimo obrigatório de 50% sobre o lucro líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, desde que não aprovado em Reunião do Conselho de Administração, é mantido no patrimônio líquido na conta “Dividendo adicional proposto” até a sua aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária (AGO) (nota 19.5).

2.16. Lucro por ação

A Companhia calcula os lucros básico e o diluído por ação em conformidade com o CPC 41/IAS 33 – Resultado por Ação (nota 25).

2.17. Normas e interpretações emitidas não vigentes

Resolução CVM 193/2023

A CVM publicou em 20 de outubro de 2023, com entrada em vigor em 01 de novembro de 2023, a Resolução CVM nº 193, que permite, de forma voluntária, para companhias abertas a elaboração e divulgação de relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade com base no padrão internacional (IFRS S1 e S2) emitido pelo “*International Sustainability Standards Board*” - ISSB. A adoção desta nova norma será obrigatória para as companhias abertas a partir dos exercícios sociais iniciados em ou após 01 de janeiro de 2026. A Companhia está em preparação para implementação, a fim de atender os requisitos da nova norma, conforme prazo regulatório. A Administração da Companhia optou em não realizar esta divulgação antecipada voluntária.

CPC51 / IFRS 18/2024

O IASB - *International Accounting Standards Board* emitiu a IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras em 09 de abril de 2024. Esta norma inclui requisitos para todas as entidades que aplicam as IFRS para a apresentação e divulgação de informações nas demonstrações financeiras e substituirá a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras, aplicando-se a um período de relatório anual com início em ou após 01 de janeiro de 2027. A Companhia está em preparação para implementação, a fim de atender os requisitos da nova norma, conforme prazo regulatório.

Leis Complementares 214 de 16 de janeiro de 2025 e 227 de 13 de janeiro de 2026

Em 16 de janeiro de 2025 foi sancionada a Lei Complementar nº 214 instituindo o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) em nível estadual/municipal e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS) em nível federal, unificando, a partir de 2033, cinco tributos — ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins — em uma cobrança única. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão.

Em 13 de janeiro de 2026 foi sancionada a Lei Complementar nº 227 que dispõe sobre a criação do Comitê Gestor do IBS (CGIBS) e estabelece regras gerais para sua administração, fiscalização, arrecadação e distribuição da receita do imposto.

A Odontoprev permanece acompanhando a evolução da regulamentação, bem como aguarda a publicação das normas e regras gerais complementares pela Receita Federal e Comitê Gestor do IBS, as quais serão necessárias para a plena implementação do novo modelo tributário. Até o momento não é possível mensurar, de forma precisa, os impactos decorrentes dessas mudanças.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e Consolidado e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas, porém, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua sendo os impactos de suas revisões reconhecidos prospectivamente em conformidade com o disposto no CPC 23/IAS 8 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras incluem: (i) avaliação de passivos de seguros (nota 2.2 e 14) e (ii) avaliação de provisões para ações judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas (notas 2.11 e 17.1).

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material incluem: (i) cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros (notas 2.5.4 e 6), (ii) avaliação de ativos fiscais diferidos (notas 2.6.1 (a) e 9.1), (iii) cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos não financeiros (notas 2.7 e 12.1), (iv) cálculo do direito de uso, passivo de arrendamento e respectivo ajuste a valor presente (notas 2.6.1 (d) e 18 e (v) premissas utilizadas na mensuração dos contratos de seguros com base no CPC 50 / IFRS17 (nota 2.2 e 14).

4. Gerenciamento de riscos

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia e de suas Controladas mencionados a seguir são gerenciados pelos Gestores de Riscos e avaliados e monitorados pelas áreas de Gestão de Riscos e Controles Internos, Compliance e Segurança da Informação e Privacidade de Dados e contemplam políticas e estratégias de gerenciamento de riscos consideradas adequadas pela Administração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As políticas e estratégias de gerenciamento de riscos, que contemplam a identificação, categorização, avaliação, tratamento e monitoração dos riscos, são acompanhadas pelo Comitê de Auditoria, criado e instalado em 26 de março de 2010, por determinação do Conselho de Administração e em conformidade com o Estatuto Social da Companhia. Desde outubro de 2022, a Companhia implementou o Comitê de Gestão de Riscos, órgão subordinado à Presidência e que avalia e monitora as exposições de risco, apoiando o Comitê de Auditoria.

4.1. Fatores de risco financeiro

4.1.1. Risco de mercado (taxa de juros)

Advém da possibilidade da Companhia e de suas Controladas diretas e indiretas estarem sujeitas a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor justo do portfólio das aplicações financeiras.

A Companhia e suas Controladas adotam a política de aplicação obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas e incluem a necessidade de alocação de recursos em conformidade com a RN 521/2022 alterada pela RN 601/2024 da ANS, para a garantia das provisões técnicas. A carteira de aplicações financeiras da Companhia e de suas Controladas, composta, em sua maioria, por títulos públicos federais de longo prazo, está exposta à juros reais em instrumentos pós-fixados à inflação medida pelo IPCA.

Em 31 de dezembro de 2025, dos recursos totais da Companhia e Consolidado, 83,8% e 81,0% (77,7% e 76,2% em 31 de dezembro de 2024) estão aplicados em títulos públicos federais, 16,2% e 19% (22,3% e 23,8% em 31 de dezembro de 2024) estão aplicados em fundos de investimentos, impactados substancialmente pela variação da taxa SELIC/CDI.

Em atendimento ao CPC 40 (R1) / IFRS 7 – Instrumentos financeiros: evidenciação, a Companhia e suas Controladas realizaram análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros conforme destacado no quadro a seguir:

	Companhia						
	Indexados à SELIC/CDI		Indexados ao IPCA + pré-fixado			Rendimentos Pré-fixados	
	SELIC/CDI (a.a) ¹	FI renda fixa	Pré fixado ³	IPCA (a.a) ¹	NTN-B	Pré fixado ³	NTN-F
Nível hierárquico ²	-	2	-	-	2	-	2
Aplicações	-	106.884	-	-	398.554	-	153.881
Projeção rentabilidade próximos 12 meses:							
Provável	12,25%	13.093	4,85%	4,01%	35.324	10,14%	15.611
Queda 2,0 p.p.	10,25%	10.956		2,01%	27.353		15.611
Queda 3,0 p.p.	9,25%	9.887		1,01%	23.367		15.611
Elevação 2,0 p.p.	14,25%	15.231		6,01%	43.294		15.611
Elevação 3,0 p.p.	15,25%	16.300		7,01%	47.281		15.611

¹Baseada no relatório FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 26 de dezembro de 2025.

²Classificação nível hierárquico.

³A aplicação em questão não está exposta à flutuações de indexadores pois possui rendimentos pré-fixados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado									
	Indexados à SELIC/CDI		Indexados ao Bond mexicano		Indexados ao IPCA + pré-fixado			Rendimentos Pré-fixados		31/12/2025
	SELIC/CDI (a.a) ¹	FI renda fixa	BM (a.a) ³	CETES	Pré fixado ⁴	IPCA (a.a) ¹	NTN-B	Pré fixado ⁴	NTN-F	Total de aplicações financeiras
Nível hierárquico ²	-	2	-	2	-	-	2	-	2	-
Aplicações	-	131.685	-	9.099	-	-	398.554	-	153.881	693.219
Projeção rentabilidade próximos 12 meses:										
Provável	12,25%	16.131	7,05%	641	4,85%	4,01%	35.324	10,14%	15.611	67.707
Queda 2,0 p.p.	10,25%	13.498	5,05%	460		2,01%	27.353		15.611	56.922
Queda 3,0 p.p.	9,25%	12.181	4,05%	369		1,01%	23.367		15.611	51.528
Elevação 2,0 p.p.	14,25%	18.765	9,05%	823		6,01%	43.295		15.611	78.494
Elevação 3,0 p.p.	15,25%	20.082	10,05%	914		7,01%	47.281		15.611	83.888
¹ Baseada no relatório FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 26 de dezembro de 2025.										
² Classificação nível hierárquico (nota 2.4.3).										
³ Taxas disponíveis no Banco Central do México.										
⁴ A aplicação em questão não está exposta à flutuações de indexadores pois possui rendimentos pré-fixados.										

A Companhia adotou em sua avaliação os percentuais 2,0 p.p e 3,0 p.p levando em conta a variação da taxa Selic nos últimos 12 meses e considera razoável a exposição de suas aplicações a esta variação. Em 31 de dezembro de 2025, o total das aplicações financeiras R\$659.319 (R\$866.718 em 31 de dezembro de 2024) referem-se à Companhia e R\$693.219 (R\$896.872 em 31 de dezembro de 2024) na Companhia e no Consolidado.

	31/12/2025			31/12/2024			Ratings das instituições financeiras					
	Companhia	Consolidado	Rendimento médio	Companhia	Consolidado	Rendimento médio	Fitch		Moody's		S&P	
			% do CDI			% do CDI	CP	LP	CP	LP	CP	LP
Banco Bradesco S.A.	106.884	131.685	102,3%	192.982	213.489	101,2%	F1+(bra)	AAA(bra)	ML A-1.br	AAA.br	brA-1+	brAAA
Governo brasileiro	552.435	552.435	51,0%	673.736	673.737	87,1%		BB		Ba1		BB
Governo mexicano	-	9.099	-	-	9.646	-	-	BB+	-	Baa2	-	BBB
	659.319	693.219		866.718	896.872							
Ativo Circulante	239.185	273.085		327.637	357.791							
Ativo Não Circulante	420.134	420.134		539.081	539.081							
	659.319	693.219		866.718	896.872							

4.1.2. Risco de crédito

Advém da possibilidade da Companhia e de suas Controladas diretas e indiretas não receberem, total ou parcialmente, os valores decorrentes das aplicações financeiras (nota 6). A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado (nota 2.5.4).

A Companhia não possui cliente que represente concentração de faturamento de 10% ou mais do total de sua respectiva classe de ativos financeiros.

4.1.3. Risco de liquidez

Advém da possibilidade da Companhia e de suas Controladas diretas e indiretas não serem capazes de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

A gestão do risco de liquidez visa monitorar os prazos de liquidação dos direitos, obrigações e seus instrumentos financeiros, elaborando análises de fluxo de caixa projetado e revisando periodicamente as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas.

Os recebimentos que compõem o fluxo de caixa da Companhia e de suas Controladas são oriundos, basicamente dos contratos coletivos e individuais na modalidade pré-estabelecido, o que ocorre em sua maioria, na primeira quinzena de cada mês. Em contrapartida, os pagamentos à rede credenciada, que são os principais fornecedores, transcorrem, na sua maioria, no início de cada mês. Tratam-se de ativos e passivos de curto prazo.

4.2. Risco de subscrição

O risco de subscrição é a medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes nas estimativas das provisões técnicas e relativas à precificação. O modelo de negócio da Odontoprev é baseado na cobrança de mensalidades ou anuidades aos clientes e está exposto a risco de seguro e de flutuação dos custos odontológicos, sendo que no setor de planos odontológicos o risco é limitado à frequência de utilização e pelo baixo custo dos tratamentos realizados.

No desenvolvimento e estruturação de planos odontológicos são levados em consideração os fatores:

Modelo de risco: pré-estabelecido, taxa mensal *per capita*;

Modelo de atendimento: define como o beneficiário receberá a assistência: rede credenciada, livre escolha, unidades de atendimento próprias e consultórios odontológicos exclusivos no estabelecimento do cliente;

Modelo de adesão: integral (compulsória) ou parcial (livre adesão) ao plano;

Coberturas: conjunto de tratamentos odontológicos cujo custeio está total ou parcialmente coberto pelo plano contratado, a ANS determina uma cobertura odontológica mínima;

Fatores moderadores de utilização: coparticipação e carências;

Honorários: remunerações para os profissionais da rede credenciada, reembolso de livre escolha e clínicas próprias, e

Material odontológico: valor acrescido ao prêmio de risco e destinado às despesas com material odontológico do programa de fidelidade dos profissionais da rede credenciada.

A flutuação dos custos odontológicos também tem impacto direto nos contratos de planos odontológicos pois podem ser aumentados em decorrência do volume de utilização, legislação e elevação dos valores dos materiais odontológicos.

Para gerenciar o risco de subscrição, a Companhia possui um sistema próprio que permite a avaliação individual de todos os tratamentos realizados, bem como possui departamentos especializados que atuam na estimação dos passivos de seguros e na precificação dos planos odontológicos.

Os contratos coletivos possuem cláusulas de multa por descumprimento contratual e de reajuste anual do valor das taxas praticadas através do índice de sinistralidade (custo de serviços dos últimos 12 meses dividido pela receita de vendas) e/ou pela inflação, conforme índice oficial contratualmente previsto. São também comercializados contratos individuais ou familiares, renováveis automaticamente por tempo indeterminado, com cláusulas de multa por rescisão e de reajuste conforme índice oficial contratualmente previsto.

A Companhia efetua acompanhamento constante de seus contratos para minimizar os riscos e garantir seu equilíbrio financeiro.

Geralmente é admitido que um índice de sinistralidade entre 40% e até 60% permite uma margem de contribuição (resultado bruto deduzido das despesas de comercialização dividido pela receita de vendas) capaz de suportar as despesas administrativas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 o índice de sinistralidade da Companhia e Consolidado foi de 33,5% e 32,3% respectivamente (34,8% e 33,6% em 31 de dezembro de 2024 respectivamente) e a margem de contribuição de 54,7% na Companhia e 55,9% no Consolidado (53,3% e 54,4% em 31 de dezembro de 2024 respectivamente).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Acréscimo/redução margem de contribuição											
	Companhia						Consolidado					
	Exercício findo em		Variações do índice de sinistralidade				Exercício findo em		Variações do índice de sinistralidade			
	31/12/2025		Igual a 60%		Igual a 40%		31/12/2025		Igual a 60%		Igual a 40%	
Receita de seguros e resseguros	2.346.914	100,0%	2.346.914	100,0%	2.346.914	100,0%	2.379.981	100,0%	2.379.981	100,0%	2.379.981	100,0%
Eventos ocorridos	(786.792)	-33,5%	(1.408.148)	-60,0%	(938.766)	-40,0%	(769.458)	-32,3%	(1.427.989)	-60,0%	(951.992)	-40,0%
Resultado bruto	1.560.122	66,5%	938.766	40,0%	1.408.148	60,0%	1.610.523	67,7%	951.992	40,0%	1.427.989	60,0%
Despesas de comercialização	(276.129)	-11,8%	(276.129)	-11,8%	(276.129)	-11,8%	(280.324)	-11,8%	(280.324)	-11,8%	(280.324)	-11,8%
Margem de contribuição	1.283.993	54,7%	662.637	28,2%	1.132.019	48,2%	1.330.199	55,9%	671.668	28,2%	1.147.665	48,2%
(Redução)/acréscimo em margem			(621.356)	-26,5 p.p	(151.974)	-6,5 p.p			(658.531)	-27,7 p.p	(182.534)	-7,7 p.p

	Acréscimo/redução margem de contribuição											
	Companhia						Consolidado					
	Exercício findo em		Variações do índice de sinistralidade				Exercício findo em		Variações do índice de sinistralidade			
	31/12/2024		Igual a 60%		Igual a 40%		31/12/2024		Igual a 60%		Igual a 40%	
Receita de seguros e resseguros	2.200.634	100,0%	2.200.634	100,0%	2.200.634	100,0%	2.243.006	100,0%	2.243.006	100,0%	2.243.006	100,0%
Eventos ocorridos	(764.840)	-34,8%	(1.320.380)	-60,0%	(880.254)	-40,0%	(753.572)	-33,6%	(1.345.804)	-60,0%	(897.202)	-40,0%
Resultado bruto	1.435.794	65,2%	880.254	40,0%	1.320.380	60,0%	1.489.434	66,4%	897.202	40,0%	1.345.804	60,0%
Despesas de comercialização	(262.948)	-11,9%	(262.948)	-11,9%	(262.948)	-11,9%	(268.298)	-12,0%	(268.298)	-12,0%	(268.298)	-12,0%
Margem de contribuição	1.172.846	53,3%	617.306	28,1%	1.057.432	48,1%	1.221.136	54,4%	628.904	28,0%	1.077.506	48,0%
(Redução)/acréscimo em margem			(555.540)	-25,2 p.p	(115.414)	-5,2 p.p			(592.232)	-26,4 p.p	(143.630)	-6,4 p.p

4.3. Risco legal e regulatório - capital

A Companhia executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento, segundo critérios determinados pela ANS, bem como otimizar o retorno sobre o capital para os acionistas. A estratégia e o modelo utilizados pela Administração consideram "capital regulatório" e "capital econômico".

A Companhia mantém níveis de capital acima dos requerimentos regulatórios (nota 13).

4.4. Risco operacional

O risco operacional é a medida de incerteza que compreende os riscos relacionados aos procedimentos internos (perda resultante de inadequações ou falhas em processos internos, pessoas e sistemas), bem como os eventos externos.

A Companhia possui um conjunto de normas, processos e estruturas organizacionais para gerenciar o risco operacional, incluindo Auditoria Interna; departamentos de segunda linha de defesa; segregação de funções em atividades e processos; limitações de autoridade por alçadas; segurança lógica nos sistemas computacionais; canais de comunicação para recepção de denúncias; plano de continuidade do negócio; seguros contratados para coberturas dos prédios, máquinas, móveis, utensílios e instalações, veículos, lucros cessantes, responsabilidade civil de administradores e diretores, responsabilidade cibernética por violação de segurança e privacidade, etc.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	6	6	101	58
Numerários em trânsito ¹	16.052	9.019	16.052	9.019
Bancos conta movimento	194	213	1.678	773
Aplicações financeiras (conta corrente remunerada)	1.736	6.545	2.117	6.681
	17.988	15.783	19.948	16.531

¹Recebimentos de clientes a serem transferidos por instituições financeiras, bem como valores monetários em confirmação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Aplicações financeiras (ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado)

Carteira de investimentos por prazos de vencimentos originais - Companhia						
Taxa Média de Juros	Sem vencimento	01 a 180 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil	Ajuste ao valor justo	Valor Atualizado
Saldo em 31/12/2024	192.982	134.655	539.081	866.718	(54.155)	812.563
Quotas de fundos de investimento						
FI renda fixa 12,25% a.a.	106.884	-	-	106.884	-	106.884
Valor justo através do resultado	106.884	-	-	106.884	-	106.884
Títulos de renda fixa - públicos						
Notas do Tesouro Nacional						
Série B - IPCA com juros semestrais 8,86% a.a.	-	132.301	266.253	398.554	(27.196)	371.358
Série F - Pré fixado com juros semestrais 10,14% a.a.	-	-	153.881	153.881	(10.794)	143.087
Custo amortizado	-	132.301	420.134	552.435	(37.990)	514.445
Saldo em 31/12/2025	106.884	132.301	420.134	659.319	(37.990)	621.329
Ativo circulante	106.884	132.301	-	239.185		
Ativo não circulante	-	-	420.134	420.134		
	106.884	132.301	420.134	659.319		

Carteira de investimentos por prazos de vencimentos originais - Consolidado						
Taxa Média de Juros	Sem vencimento	01 a 180 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil	Ajuste ao valor justo	Valor Atualizado
Saldo em 31/12/2024	213.489	144.302	539.081	896.872	(54.155)	842.717
Quotas de fundos de investimento						
FI renda fixa 12,25% a.a.	131.685	-	-	131.685	-	131.685
CETES 7,05% a.a.	-	9.099	-	9.099	-	9.099
Valor justo através do resultado	131.685	9.099	-	140.784	-	140.784
Títulos de renda fixa - públicos						
Notas do Tesouro Nacional						
Série B - IPCA com juros semestrais 8,86% a.a.	-	132.301	266.253	398.554	(27.196)	371.358
Série F - Pré fixado com juros semestrais 10,14% a.a.	-	-	153.881	153.881	(10.794)	143.087
Custo amortizado	-	132.301	420.134	552.435	(37.990)	514.445
Saldo em 31/12/2025	131.685	141.400	420.134	693.219	(37.990)	655.229
Ativo circulante	131.685	141.400	-	273.085		
Ativo não circulante	-	-	420.134	420.134		
	131.685	141.400	420.134	693.219		

Fundos de investimentos renda fixa (FI renda fixa): cotas dos fundos de investimentos Bradesco FI RF Bond e BRAM FI RF Referenciado DI Coral mensurados com base nos valores das cotas divulgados pela instituição administradora Bradesco Asset Management.

Certificados de la Tesorería de la Federación (CETES): títulos públicos de renda fixa da Odontored emitidos pelo governo mexicano. O valor justo da aplicação foi obtido conforme divulgação do Banco do México.

Notas do Tesouro Nacional – série B (NTN-B) – Tesouro IPCA com juros semestrais: títulos públicos federais, referem-se à parte da carteira administrada pelo Bradesco Asset Management. Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Notas do Tesouro Nacional – série F (NTN-F) – Tesouro pré-fixado com juros semestrais: títulos públicos federais, referem-se à parte da carteira administrada pelo Bradesco Asset Management. Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da carteira de investimentos - Companhia

	Valor justo através do resultado	Custo amortizado				Saldo total
	FI renda fixa	NTN-B	NTN-F	LTN	Total	
Saldo em 31/12/2023	180.916	604.660	153.350	10.845	768.855	949.771
Aplicações	1.335.748	34.994	-	-	34.994	1.370.742
(-) Resgates¹	(1.364.114)	(174.635)	(14.238)	(11.499)	(200.372)	(1.564.486)
Rendimentos	40.432	55.097	14.508	654	70.259	110.691
Saldo em 31/12/2024	192.982	520.116	153.620	-	673.736	866.718
Aplicações	1.398.051	-	-	-	-	1.398.051
(-) Resgates¹	(1.527.209)	(162.500)	(14.238)	-	(176.738)	(1.703.947)
Rendimentos	43.060	40.938	14.499	-	55.437	98.497
Saldo em 31/12/2025	106.884	398.554	153.881	-	552.435	659.319

¹Resgates dos títulos ao custo amortizado referem-se, ao vencimento dos respectivos papéis.

Movimentação da carteira de investimentos - Consolidado

	Valor justo através do resultado			Custo amortizado				Saldo total
	FI renda fixa	CETES	Total	NTN-B	NTN-F	LTN	Total	
Saldo em 31/12/2023	199.104	9.799	208.903	604.660	153.350	10.845	768.855	977.758
Aplicações	1.437.148	108.877	1.546.025	34.994	-	-	34.994	1.581.019
(-) Resgates¹	(1.465.626)	(110.035)	(1.575.661)	(174.635)	(14.238)	(11.499)	(200.372)	(1.776.033)
Rendimentos	42.863	1.006	43.869	55.097	14.508	654	70.259	114.128
Saldo em 31/12/2024	213.489	9.647	223.136	520.116	153.620	-	673.736	896.872
Aplicações	1.511.931	353.053	1.864.984	-	-	-	-	1.864.984
(-) Resgates¹	(1.639.628)	(354.269)	(1.993.897)	(162.501)	(14.239)	-	(176.740)	(2.170.637)
Rendimentos	45.894	668	46.562	40.938	14.500	-	55.438	102.000
Saldo em 31/12/2025	131.686	9.099	140.785	398.553	153.881	-	552.434	693.219

¹Resgates dos títulos ao custo amortizado referem-se, ao vencimento dos respectivos papéis.

7. Créditos tributários e previdenciários

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ	45.722	27.273	51.442	30.897
CSLL	13.845	6.897	17.288	9.176
INSS	6.405	5.646	6.967	5.646
ISS	1.601	1.455	1.617	1.472
PIS e COFINS	140	137	469	1.218
IRRF	127	127	1.547	977
Outros	-	-	707	1.028
	67.840	41.535	80.037	50.414
Ativo Circulante	31.157	7.364	42.924	15.853
Ativo Não Circulante	36.683	34.171	37.113	34.561
	67.840	41.535	80.037	50.414

IRPJ e CSLL: saldo de IRPJ composto por antecipações do ano corrente e de anos anteriores, e saldo de CSLL composto por créditos de anos anteriores, ambos oriundos de inovação tecnológica, sujeitos à homologação pelo MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Outras contas a receber

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos a Fornecedores e outros adiantamentos ¹	168	2.402	1.708	6.364
Adiantamentos a Funcionários	8.746	9.054	10.506	10.504
Dividendos a receber ²	8.300	-	-	-
Contratos de pós-pagamento	10.111	8.530	10.111	8.530
Demais créditos a receber ³	12.929	5.715	35.655	26.351
	40.254	25.701	57.980	51.749

¹A redução refere-se, principalmente, à liquidação de despesas relacionadas a assistência médica.

²Dividendos a receber de controladas diretas, vide nota 10.

³Créditos a receber decorrentes da venda de bens e prestação de serviços.

9. Realizável a longo prazo

9.1. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Diferenças temporárias	Expectativa de realização	Companhia				Consolidado			
		31/12/2024	Constituição	Realização	31/12/2025	31/12/2024	Constituição	Realização	31/12/2025
Provisões para ações judiciais (contingências)	Até 12 meses	-	1.363	-	1.363	-	1.363	-	1.363
Provisões para ações judiciais (contingências)	Acima de 12 meses	13.267	-	(6.912)	6.355	13.854	-	(6.898)	6.956
Provisões diversas ¹	Até 12 meses	3.717	-	(1.643)	2.074	3.765	-	(1.519)	2.246
Programa ILP	Até 12 meses	4.684	281	-	4.965	5.222	332	-	5.554
Programa ILP	Acima de 12 meses	4.658	25	-	4.683	5.203	-	(63)	5.140
Participações no resultado	Até 12 meses	6.238	1.166	-	7.404	7.385	1.591	-	8.976
Efeito CPC50/ IFRS17	Acima de 12 meses	30.280	-	(20.064)	10.216	29.973	-	(20.716)	9.257
Outras ²	Até 12 meses	19.954	-	(4.425)	15.529	23.863	-	(3.918)	19.945
IRPJ/CSLL diferidos (Ativo)		82.798	2.835	(33.044)	52.589	89.265	3.286	(33.114)	59.437
Amortização ágio	Acima de 12 meses	(56.919)	(1.829)	-	(58.748)	(56.919)	(1.829)	-	(58.748)
Contratos de seguro	Até 12 meses	-	(14.760)	-	(14.760)	-	(14.760)	-	(14.760)
IRPJ/CSLL diferidos (Passivo)		(56.919)	(16.589)	-	(73.508)	(56.919)	(16.589)	-	(73.508)
IRPJ/CSLL diferidos		25.879	(13.754)	(33.044)	(20.919)	32.346	(13.303)	(33.114)	(14.071)
Imposto de renda diferido (IRPJ)		19.030	(10.120)	(24.290)	(15.380)	23.701	(10.024)	(24.279)	(10.602)
Contribuição social diferida (CSLL)		6.849	(3.634)	(8.754)	(5.539)	8.645	(3.279)	(8.835)	(3.469)
IRPJ/CSLL diferidos		25.879	(13.754)	(33.044)	(20.919)	32.346	(13.303)	(33.114)	(14.071)

¹Serviços contratados administrativos e operacionais (Nota 16).

²Refere-se, principalmente, a comissões e provisão para perdas sobre créditos.

9.2. Depósitos judiciais e fiscais

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fiscais	33.499	29.857	34.734	31.051
ISS ¹	31.660	28.211	31.660	28.211
Outros	1.839	1.646	3.074	2.840
Previdenciárias e trabalhistas	478	395	520	532
Cíveis	2.625	1.852	2.625	1.852
	36.602	32.104	37.879	33.435

¹Proveniente da incorporada Odonto System, depositado judicialmente o valor integral do ISS sem a dedução dos eventos na base de cálculo (objeto da ação). Montante totalmente provisionado no passivo não circulante em "Provisões para ações judiciais".

9.3. Outros créditos a receber

Provisão para riscos potenciais apurados na revisão de procedimentos contábeis, fiscais e trabalhistas de empresas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

adquiridas (nota 12.1), que tem como contrapartida “outras exigibilidades” (nota 17.3). Mediante contrato com os antigos sócios das empresas adquiridas garantem o reembolso de eventuais pagamentos que a Companhia e suas Controladas sejam obrigadas a efetuar.

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Odonto System ¹	10.134	10.134	10.134	10.134
Mogidonto	2.376	3.563	2.376	3.563
Papaiz	-	-	472	571
	12.510	13.697	12.982	14.268

¹Valores garantidos por seguro garantia e carta de fiança.

10. Investimentos

Companhia						
Movimentação dos investimentos:	Saldo em 31/12/2024	Dividendos	Equivalência patrimonial	Aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2025
Controladas diretas						
Odontored	14.563	-	(1.380)	-	255	13.438
Clidec	46.517	(2.000)	2.312	5.000	(1)	51.828
Odontoprev Serviços	21.229	(11.800)	3.115	-	3	12.547
Controlada em conjunto						
Brasil dental	4.346	(6.050)	5.941	-	132	4.369
Outros Investimentos						
Outros	1	-	-	-	-	1
Total	86.656	(19.850)	9.988	5.000	389	82.183

Consolidado						
Movimentação dos investimentos:	Saldo em 31/12/2024	Dividendos	Equivalência patrimonial	Baixa	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2025
Controlada em conjunto						
Brasil dental	4.346	(6.050)	5.941	-	132	4.369
Coligadas						
MaChiron ¹	44	-	(8)	(36)	-	-
SF 210 ²	1.675	-	(12)	(1.663)	-	-
Outros Investimentos						
Outros	56	-	-	-	-	56
Total	6.121	(6.050)	5.921	(1.699)	132	4.425

¹Encerrada em 09 de setembro de 2025 (nota 1).

²Encerrada em 13 de novembro de 2025 (nota 1).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia e Consolidado				
Posição 31/12/2025	Controladas:			Joint Venture:
	Odontoprev Serviços	Clídec	Odontored	Brasilidental
Capital Social	9.700	36.516	6.030	9.500
Participação (%)	100	100	100	25
Ativo	38.154	57.733	20.426	34.350
Passivo	25.607	5.905	6.988	16.874
Patrimônio líquido	12.547	51.828	13.438	17.476
Receitas	52.470	36.625	33.145	110.277
Resultado do período	3.115	2.312	(1.380)	23.764

11. Imobilizado

	Movimentação imobilizado - Companhia								
	31/12/2024	Aquisições	Baixas	Depreciações/ Amortizações	31/12/2025	Custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil, líquido	Taxa de depreciação (%a.a.)
Equipamentos de computação	10.917	2.830	(5)	(3.733)	10.009	24.515	(14.506)	10.009	20
Veículos	1.247	812	(73)	(396)	1.590	2.478	(888)	1.590	20
Instalações	605	202	-	(82)	725	947	(222)	725	10
Máquinas e equipamentos	504	27	-	(75)	456	860	(404)	456	10
Móveis e utensílios	643	23	-	(140)	526	1.811	(1.285)	526	10
Equipamentos de comunicação	16	14	-	(2)	28	61	(33)	28	10
Equipamentos odontológicos	64	-	-	(13)	51	168	(117)	51	10
Total de uso próprio	13.996	3.908	(78)	(4.441)	13.385	30.840	(17.455)	13.385	
Outras imobilizações (benfeitorias)	4.317	207	-	(1.595)	2.929	10.341	(7.412)	2.929	20
Total outras imobilizações	18.313	4.115	(78)	(6.036)	16.314	41.181	(24.867)	16.314	
Direito de uso (CPC 06 (R2))/IFRS 16) ¹	11.032	2	-	(1.915)	9.119	17.364	(8.245)	9.119	
Total imobilizado	29.345	4.117	(78)	(7.951)	25.433	58.545	(33.112)	25.433	

¹ Depreciação calculada conforme duração do contrato de locação de imóveis e máquinas e equipamentos.

	Movimentação imobilizado - Consolidado								
	31/12/2024	Aquisições	Baixas	Depreciações / Amortizações	31/12/2025	Custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil, líquido	Taxa de depreciação (% a.a.)
Equipamentos de computação	11.570	3.551	(9)	(4.075)	11.037	27.883	(16.846)	11.037	20
Veículos	1.444	813	(73)	(454)	1.730	2.761	(1.031)	1.730	20
Instalações	776	210	-	(104)	882	1.170	(288)	882	10
Máquinas e equipamentos	6.050	162	(6)	(1.151)	5.055	13.050	(7.995)	5.055	10
Móveis e utensílios	1.466	176	(1)	(285)	1.356	3.566	(2.210)	1.356	10
Equipamentos de comunicação	24	17	-	(3)	38	96	(58)	38	10
Equipamentos odontológicos	2.031	184	-	(318)	1.897	3.891	(1.994)	1.897	10
Total de uso próprio	23.361	5.113	(89)	(6.390)	21.995	52.417	(30.422)	21.995	
Outras imobilizações (benfeitorias)	7.077	1.135	(16)	(2.672)	5.524	20.750	(15.226)	5.524	20
Total outras imobilizações	30.438	6.248	(105)	(9.062)	27.519	73.167	(45.648)	27.519	
Direito de uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16) ¹	21.716	2.073	(754)	(6.162)	16.873	36.632	(19.759)	16.873	-
Total imobilizado	52.154	8.321	(859)	(15.224)	44.392	109.799	(65.407)	44.392	

¹ Depreciação calculada conforme duração do contrato de locação de imóveis e máquinas e equipamentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível

Unidade Geradora de Caixa (UGC)	Companhia							
	31/12/2024	Adições	Baixas	Amortizações	31/12/2025	Custo	Amortização acumulada ⁴	Saldo contábil, líquido
Odontoprev ¹	99.515	-	-	-	99.515	114.390	(14.875)	99.515
Bradesco Dental ²	409.640	-	-	-	409.640	409.640	-	409.640
Odonto System ³	145.793	-	-	-	145.793	145.793	-	145.793
Ágio na aquisição de investimentos	654.948	-	-	-	654.948	669.823	(14.875)	654.948
Desenvolvimento de sistemas e licenças de uso de softwares	220.934	78.526	(3.289)	(46.529)	249.642	467.263	(217.621)	249.642
Carteira de clientes	3.465	-	-	(532)	2.933	45.390	(42.457)	2.933
Marcas e patentes	17.943	-	-	-	17.943	22.260	(4.317)	17.943
Acordo de não competitividade	108	-	-	(73)	35	1.864	(1.829)	35
Ativos intangíveis alocados	21.516	-	-	(605)	20.911	69.514	(48.603)	20.911
Intangível	897.398	78.526	(3.289)	(47.134)	925.501	1.206.600	(281.099)	925.501

Unidade Geradora de Caixa (UGC)	Consolidado							
	31/12/2024	Adições	Baixas	Amortizações	31/12/2025	Custo	Amortização acumulada ⁴	Saldo contábil, líquido
Odontoprev ¹	99.515	-	-	-	99.515	114.390	(14.875)	99.515
Bradesco Dental ²	409.640	-	-	-	409.640	409.640	-	409.640
Odonto System ³	145.793	-	-	-	145.793	145.793	-	145.793
Unidades diversas, com ágio não significativo ⁵	14.521	-	-	-	14.521	14.785	(264)	14.521
Ágio na aquisição de investimentos	669.469	-	-	-	669.469	684.608	(15.139)	669.469
Desenvolvimento de sistemas e licenças de uso de softwares	223.532	78.719	(3.289)	(46.982)	251.980	475.199	(223.219)	251.980
Carteira de clientes	3.619	-	-	(557)	3.062	45.624	(42.562)	3.062
Marcas e patentes	22.154	-	-	-	22.154	26.472	(4.318)	22.154
Acordo de não competitividade	1.253	-	-	(447)	806	3.747	(2.941)	806
Ativos intangíveis alocados	27.026	-	-	(1.004)	26.022	75.843	(49.821)	26.022
Intangível	920.027	78.719	(3.289)	(47.986)	947.471	1.235.650	(288.179)	947.471

¹Refere-se a um agrupamento de unidades geradoras de caixa oriundas de negócios adquiridos ao longo do tempo com objetivo de expansão regional, produtos e fortalecimento da marca.

²Integração das atividades desenvolvidas, complementando competências e criando uma operação diferenciada no mercado.

³Objetivo de expansão regional e produtos.

⁴Os valores acumulados de amortização apresentados referem-se à amortização fiscal do ágio realizada até dezembro de 2013, conforme permitido pelo Regime Tributário de Transição (RTT), em conformidade com a legislação vigente à época. A partir de 01 de janeiro de 2014, com a revogação do RTT pela Lei 12.973/2014, não houve novos reconhecimentos de amortização fiscal do ágio.

⁵Aquisições de negócios com objetivo de verticalização da operação.

A taxa média anual de amortização de desenvolvimento de sistemas e licença de uso de softwares é de 20%.

12.1. Ágio (goodwill) na aquisição de investimentos

A Companhia avalia a recuperabilidade por meio da realização de testes de redução ao valor recuperável (nota 2.6.1 e (i)) para o ágio proveniente das aquisições de investimentos alocados às unidades geradoras de caixa (UGC's).

No último teste de *impairment*, foi empregada a abordagem de renda através da metodologia do fluxo de caixa descontado (valor em uso) baseada na natureza da Unidade Geradora de Caixa (UGC), existência de controle financeiro e operacional, histórico e disponibilidade de projeções financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Premissas em 30 de novembro de 2025

Período de apuração:	5 anos e 1 mês, sendo de 01 de dezembro de 2025 a 31 de dezembro de 2030 e perpetuidade			
Taxa de crescimento na perpetuidade:	3,6 a.a. baseada na taxa de inflação (IPCA) de longo prazo			
Moeda de projeção:	R\$ nominais, considerando o efeito inflacionário			
Taxa de desconto:	13,2% de acordo com a metodologia CAPM ¹			
Premissas específicas:	(i) demonstrativos contábeis e gerenciais da UGC e da Odontoprev e (ii) informações gerenciais que incluem orçamento do grupo			
Premissas macroeconômicas:	Descrição	2025P	2026P	2027P
	Variação do PIB	2,20%	1,80%	1,90%
	IGP-M	-0,50%	4,00%	3,80%
	Inflação - IPCA	4,40%	4,20%	3,90%
				2028P
				2,00%
				3,60%
				3,80%

¹CAPM - *Capital Asset Pricing Model* = modelo de precificação do ativo

A conclusão foi que o valor em uso obtido mediante aplicação destas premissas é superior ao valor contábil, portanto, não há indicativos de *impairment*.

13. Recursos próprios mínimos

A Companhia é uma operadora do segmento odontológico regulada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que lhe impõe limites regulatórios com a adoção obrigatória do modelo de capital baseado em riscos. Devido a isto, os montantes e nomenclaturas apresentados nessa nota explicativa, seguem as normas contábeis da ANS, ou seja, desconsiderando os efeitos do CPC 50 / IFRS 17, não aprovado por este regulador.

A ANS estabelece as regras para constituição de provisões técnicas e critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo de acordo com a RN 569/2022.

- (a) O capital base (CB) representa o valor mínimo do patrimônio líquido, calculado a partir da multiplicação do fator K pelo capital de referência.
- (b) O capital baseado em riscos (CBR) é a regra de capital que define montante variável a ser observado pela operadora em função de fatores pré-determinados por modelo padrão estabelecido pela ANS, compreendendo os principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, quais sejam: o risco de subscrição, o risco de crédito, o risco de mercado, o risco legal e o risco operacional.
- (c) Capital Regulatório (CR) é o limite mínimo de Patrimônio Líquido Ajustado que a operadora deve observar, a qualquer tempo, em função das regras de capital.
- (d) O risco de subscrição é a medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da operadora no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimativa das provisões técnicas e relativas à precificação.
- (e) O risco de crédito é a medida de incerteza relacionada à probabilidade da contraparte de uma operação, ou de um emissor de dívida, não honrar, total ou parcialmente, seus compromissos financeiros, ou de ter alterada sua classificação de risco de crédito.
- (f) O risco operacional é a medida de incerteza que compreende os riscos relacionados aos procedimentos internos (perda resultante de inadequações ou falhas em processos internos, pessoas e sistemas).
- (g) O risco legal é a medida de incerteza relacionada a falta de um completo embasamento legal; é o risco de não cumprimento de leis, regras, regulamentações, acordos, práticas vigentes ou padrões éticos aplicáveis, considerando, inclusive o risco de que a natureza do produto/serviço prestado possa tornar a operadora particularmente vulnerável a litígios.
- (h) O risco de mercado é a medida de incerteza relacionada à exposição a perdas decorrentes da volatilidade dos preços de ativos, tais como cotações de ações, taxas de juros, taxas cambiais, preços de *commodities* e preços de imóveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia: cálculo de PMA, PLA, MS e CBR		
Descrição:	31/12/2025	31/12/2024
Capital de referência	12.328	11.702
(x) Fator K ¹	3,23%	3,23%
Patrimônio mínimo ajustado (PMA)	398	378
Patrimônio líquido contábil	1.298.883	1.285.651
Participações societárias em entidades reguladas	(3.843)	(4.166)
Despesas de comercialização diferidas	(43.411)	(22.604)
Despesas antecipadas	(9.196)	(7.571)
Intangível	(925.501)	(897.398)
Goodwill das participações indiretas	(14.521)	(14.532)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	302.411	339.380
Capital baseado em risco (CBR)²	297.225	296.780
Suficiência exigida (PLA ANS - CBR)	5.186	42.600

¹Fator K corresponde a classificação: odontologia de grupo, segmento terciário e região 1 conforme anexo RN 569/2022.

²O valor do CBR considera a utilização dos fatores reduzidos, nos termos do que fora definido no art. 6º da RN 569/2022.

14. Passivos de contratos de seguro e resseguro

(a) Passivo de contratos de seguro e resseguro

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo por Cobertura Remanescente (PAA)	(24.555)	(25.501)	(33.120)	(33.316)
Passivo por Cobertura Remanescente (BBA)	76.554	125.755	76.554	125.755
Passivo eventos incorridos (PAA)	132.896	154.862	133.586	156.973
Passivo eventos incorridos (BBA)	13.505	16.670	13.505	16.670
	198.400	271.786	190.525	266.082
Ativos de Contratos de Seguro e Resseguro	(24.555)	(25.501)	(33.120)	(33.316)
Passivos de Contratos de Seguro e Resseguro	222.955	297.287	223.645	299.398
	198.400	271.786	190.525	266.082

(b) Cobertura remanescente para modelo geral (BBA)

	Companhia e Consolidado	
	Exercício findo em	
	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa de aquisição	3.486.040	3.228.525
Eventos e outras despesas diretamente atribuíveis	7.072.870	6.673.517
Estimativa do valor presente dos fluxos de caixa de saída futuros	10.558.910	9.902.042
Estimativa do valor presente dos fluxos de caixa de entrada futura	(11.121.595)	(10.432.136)
Ajuste de risco para risco não financeiro	12.547	12.653
Margem contratual de serviço (CSM)	626.692	643.196
Montante incluído nas disposições dos contratos de seguro	76.554	125.755

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Realização da margem contratual de serviço (CSM)

Companhia e Consolidado						
	até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos	Acima de 5 anos
Seguro Direto	173.897	118.915	90.342	70.525	55.385	117.628
Contratos de Seguro Emitidos	173.897	118.915	90.342	70.525	55.385	117.628

Companhia e Consolidado						
	até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos	Acima de 5 anos
Seguro Direto	179.343	118.698	89.823	70.422	55.488	129.422
Contratos de Seguro Emitidos	179.343	118.698	89.823	70.422	55.488	129.422

(d) Movimentação das reservas - cobertura remanescente

Companhia					
Passivos por Cobertura Remanescente (BBA)				Abordagem de alocação de prêmios (PAA)	TOTAL
Melhor estimativa de saída (BEL)	Ajuste de risco (RA)	Margem de cobertura de seguros (CSM)	Subtotal		
Saldo em 31/12/2023	(687.447)	15.097	784.169	(31.125)	80.694
Mudanças técnicas relacionadas ao período atual (receita de seguros)	(225.763)	(6.647)	(272.317)	(1.695.907)	(2.200.634)
Contratos pelo método do valor justo	(106.093)	(1.555)	(118.441)	-	(226.089)
Emissão de contratos após transição (Outros contratos)	(119.670)	(5.092)	(153.876)	-	(278.638)
Apropriação referentes a contratos abordagem de alocação de prêmios	-	-	-	(1.695.907)	(1.695.907)
Mudanças técnicas relacionadas aos períodos futuros	(32.286)	2.921	57.816	-	28.451
Mudanças nas estimativas que ajustam o CSM	818.724	(26.189)	(792.535)	-	-
Mudanças nas estimativas que não ajustam o CSM (ORA)	29.642	(1.191)	-	-	28.451
Contratos inicialmente reconhecidos no período	(880.652)	30.301	850.351	-	-
Despesas de Seguros	94.837	-	-	167.330	262.167
Custos de aquisição	94.837	-	-	167.330	262.167
Despesas financeiras totais	(40.366)	1.281	73.528	-	34.443
Despesas financeiras de contratos de seguro	(40.366)	1.281	73.528	-	34.443
Fluxos de caixa	360.932	-	-	1.534.201	1.895.133
Prêmios recebidos	448.677	-	-	1.632.879	2.081.556
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(87.745)	-	-	(98.678)	(186.423)
Saldo em 31/12/2024	(530.093)	12.652	643.196	(25.501)	100.254
Mudanças técnicas relacionadas ao período atual (receita de seguros)	(241.981)	(7.609)	(275.448)	(1.821.876)	(2.346.914)
Contratos pelo método do valor justo	(95.826)	(1.314)	(102.801)	-	(199.941)
Emissão de contratos após transição (Outros contratos)	(146.155)	(6.295)	(172.647)	-	(325.097)
Apropriação referentes a contratos abordagem de alocação de prêmios	-	-	-	(1.821.876)	(1.821.876)
Mudanças técnicas relacionadas aos períodos futuros	(184.662)	5.689	166.314	-	(12.659)
Mudanças nas estimativas que ajustam o CSM	668.082	(24.438)	(643.644)	-	-
Mudanças nas estimativas que não ajustam o CSM (ORA)	(13.258)	599	-	-	(12.659)
Contratos inicialmente reconhecidos no período	(839.486)	29.528	809.958	-	-
Despesas de Seguros	110.791	-	-	165.338	276.129
Custos de aquisição	110.791	-	-	165.338	276.129
Despesas financeiras totais	(53.684)	1.814	92.630	-	40.760
Despesas financeiras de contratos de seguro	(53.684)	1.814	92.630	-	40.760
Fluxos de caixa	336.945	-	-	1.657.484	1.994.429
Prêmios recebidos	443.290	-	-	1.842.612	2.285.902
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(106.345)	-	-	(185.128)	(291.473)
Saldo em 31/12/2025	(562.684)	12.546	626.692	(24.555)	51.999

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado					
Passivos por Cobertura Remanescente (BBA)				Abordagem de alocação de prêmios (PAA)	TOTAL
Melhor estimativa de saída (BEL)	Ajuste de risco (RA)	Margem de cobertura de seguros (CSM)	Subtotal		
Saldo em 31/12/2023	(687.447)	15.097	784.169	(32.912)	78.907
Mudanças técnicas relacionadas ao período atual (receita de seguros)	(225.763)	(6.647)	(272.317)	(1.738.279)	(2.243.006)
Contratos pelo método do valor justo	(106.093)	(1.555)	(118.441)	-	(226.089)
Emissão de contratos após transição (Outros contratos)	(119.670)	(5.092)	(153.876)	-	(278.638)
Apropriação referentes a contratos abordagem de alocação de prêmios	-	-	-	(1.738.279)	(1.738.279)
Mudanças técnicas relacionadas aos períodos futuros	(32.286)	2.921	57.816	-	28.451
Mudanças nas estimativas que ajustam o CSM	818.724	(26.189)	(792.535)	-	-
Mudanças nas estimativas que não ajustam o CSM (ORA)	29.642	(1.191)	-	-	28.451
Contratos inicialmente reconhecidos no período	(880.652)	30.301	850.351	-	-
Despesas de Seguros	94.837	-	-	172.681	267.518
Custos de aquisição	94.837	-	-	172.681	267.518
Despesas financeiras totais	(40.366)	1.281	73.528	-	34.443
Despesas financeiras de contratos de seguro	(40.366)	1.281	73.528	-	34.443
Fluxos de caixa	360.932	-	-	1.565.194	1.926.126
Prêmios recebidos	448.677	-	-	1.669.222	2.117.899
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(87.745)	-	-	(104.028)	(191.773)
Saldo em 31/12/2024	(530.093)	12.652	643.196	(33.316)	92.439
Mudanças técnicas relacionadas ao período atual (receita de seguros)	(241.981)	(7.609)	(275.448)	(1.854.943)	(2.379.981)
Contratos pelo método do valor justo	(95.826)	(1.314)	(102.801)	-	(199.941)
Emissão de contratos após transição (Outros contratos)	(146.155)	(6.295)	(172.647)	-	(325.097)
Apropriação referentes a contratos abordagem de alocação de prêmios	-	-	-	(1.854.943)	(1.854.943)
Mudanças técnicas relacionadas aos períodos futuros	(184.662)	5.689	166.314	-	(12.659)
Mudanças nas estimativas que ajustam o CSM	668.082	(24.438)	(643.644)	-	-
Mudanças nas estimativas que não ajustam o CSM (ORA)	(13.258)	599	-	-	(12.659)
Contratos inicialmente reconhecidos no período	(839.486)	29.528	809.958	-	-
Despesas de Seguros	110.791	-	-	169.533	280.324
Custos de aquisição	110.791	-	-	169.533	280.324
Despesas financeiras totais	(53.684)	1.814	92.630	-	40.760
Despesas financeiras de contratos de seguro	(53.684)	1.814	92.630	-	40.760
Fluxos de caixa	336.945	-	-	1.685.606	2.022.551
Prêmios recebidos	443.290	-	-	1.874.928	2.318.218
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(106.345)	-	-	(189.322)	(295.667)
Saldo em 31/12/2025	(562.684)	12.546	626.692	(33.120)	43.434

(e) Movimentação das reservas – eventos incorridos

	Companhia						
	Passivo eventos incorridos - BBA			Passivo eventos incorridos - PAA			Total
	Melhor estimativa de saída (BEL)	Ajuste de risco (RA)	Subtotal	Melhor estimativa de saída (BEL)	Ajuste de risco (RA)	Subtotal	
Saldo em 31/12/2023	19.195	1.389	20.584	135.239	8.282	143.521	164.105
Despesas com prestação de seguros	75.482	(76)	75.406	686.798	2.636	689.434	764.840
Eventos incorridos e outras despesas com prestação de seguros	228.775	10.597	239.372	1.494.423	70.961	1.565.384	1.804.756
Ajustes de passivos de eventos incorridos	(153.293)	(10.673)	(163.966)	(807.625)	(68.325)	(875.950)	(1.039.916)
Despesas financeiras de contratos de seguro	1.843	169	2.012	-	-	-	2.012
Mudanças reconhecida em outros resultados abrangente	(4)	(1)	(5)	-	-	-	(5)
Fluxos de caixa	(81.327)	-	(81.327)	(678.093)	-	(678.093)	(759.420)
Eventos e outras despesas com prestação de seguros pagas	(81.327)	-	(81.327)	(678.093)	-	(678.093)	(759.420)
Saldo em 31/12/2024	15.189	1.481	16.670	143.944	10.918	154.862	171.532
Despesas com prestação de seguros	68.046	(375)	67.671	719.101	20	719.121	786.792
Eventos incorridos e outras despesas com prestação de seguros	174.314	8.468	182.782	1.426.215	69.198	1.495.413	1.678.195
Ajustes de passivos de eventos incorridos	(106.268)	(8.843)	(115.111)	(707.114)	(69.178)	(776.292)	(891.403)
Despesas financeiras de contratos de seguro	1.668	171	1.839	-	-	-	1.839
Mudanças reconhecida em outros resultados abrangente	18	1	19	-	-	-	19
Fluxos de caixa	(72.694)	-	(72.694)	(741.087)	-	(741.087)	(813.781)
Eventos e outras despesas com prestação de seguros pagas	(72.694)	-	(72.694)	(741.087)	-	(741.087)	(813.781)
Saldo em 31/12/2025	12.227	1.278	13.505	121.958	10.938	132.896	146.401

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado						Total
	Passivo eventos incorridos - BBA			Passivo eventos incorridos - PAA			
	Melhor estimativa de saída (BEL)	Ajuste de risco (RA)	Subtotal	Melhor estimativa de saída (BEL)	Ajuste de risco (RA)	Subtotal	
Saldo em 31/12/2023	19.195	1.389	20.584	136.867	8.291	145.158	165.742
Despesas com prestação de seguros	75.482	(76)	75.406	675.530	2.636	678.166	753.572
Eventos incorridos e outras despesas com prestação de seguros	228.775	10.597	239.372	1.483.155	70.961	1.554.116	1.793.488
Ajustes de passivos de eventos incorridos	(153.293)	(10.673)	(163.966)	(807.625)	(68.325)	(875.950)	(1.039.916)
Despesas financeiras de contratos de seguro	1.843	169	2.012	-	-	-	2.012
Mudanças reconhecida em outros resultados abrangente	(4)	(1)	(5)	-	-	-	(5)
Fluxos de caixa	(81.327)	-	(81.327)	(666.351)	-	(666.351)	(747.678)
Eventos e outras despesas com prestação de seguros pagas	(81.327)	-	(81.327)	(666.351)	-	(666.351)	(747.678)
Saldo em 31/12/2024	15.189	1.481	16.670	146.046	10.927	156.973	173.643
Despesas com prestação de seguros	68.373	(375)	67.998	701.440	20	701.460	769.458
Eventos incorridos e outras despesas com prestação de seguros	174.641	8.468	183.109	1.408.554	69.198	1.477.752	1.660.861
Ajustes de passivos de eventos incorridos	(106.268)	(8.843)	(115.111)	(707.114)	(69.178)	(776.292)	(891.403)
Despesas financeiras de contratos de seguro	1.668	171	1.839	-	-	-	1.839
Mudanças reconhecida em outros resultados abrangente	18	1	19	-	-	-	19
Fluxos de caixa	(73.021)	-	(73.021)	(724.847)	-	(724.847)	(797.868)
Eventos e outras despesas com prestação de seguros pagas	(73.021)	-	(73.021)	(724.847)	-	(724.847)	(797.868)
Saldo em 31/12/2025	12.227	1.278	13.505	122.639	10.947	133.586	147.091

(f) Margem contratual de serviço (CSM)

	Companhia e Consolidado		
	Contratos avaliados por meio do valor justo em transição	Emissão de contratos após transição (Outros contratos)	Total
Saldo em 31/12/2023	460.446	323.723	784.169
CSM reconhecido pelos serviços prestados	(118.441)	(153.876)	(272.317)
Mudanças em relação ao serviço atual	(118.441)	(153.876)	(272.317)
Contratos inicialmente reconhecidos no período	-	850.351	850.351
Mudanças nas estimativas que ajustam o CSM	(29.295)	(763.240)	(792.535)
Mudanças em relação ao serviço futuro	(29.295)	87.111	57.816
Resultado do Serviço de Seguros	(147.736)	(66.765)	(214.501)
Despesas financeiras de contratos de seguro	36.634	36.894	73.528
Saldo em 31/12/2024	349.344	293.852	643.196
CSM reconhecido pelos serviços prestados	(102.801)	(172.647)	(275.448)
Mudanças em relação ao serviço atual	(102.801)	(172.647)	(275.448)
Contratos inicialmente reconhecidos no período	-	809.958	809.958
Mudanças nas estimativas que ajustam o CSM	1.069	(644.713)	(643.644)
Mudanças em relação ao serviço futuro	1.069	165.245	166.314
Resultado do Serviço de Seguros	(101.732)	(7.402)	(109.134)
Despesas financeiras de contratos de seguro	38.252	54.378	92.630
Saldo em 31/12/2025	285.864	340.828	626.692

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Impostos e contribuições a recolher

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social a pagar¹	1.025	15.952	3.441	16.735
IRPJ	115	10.827	1.875	11.406
CSLL	910	5.125	1.566	5.329
Demais obrigações fiscais federais	23.105	21.321	31.113	27.830
COFINS	4.216	5.303	4.582	5.749
PIS	685	862	754	950
PIS, COFINS e CSLL (PCC)	1.920	1.898	1.985	1.978
IRRF	11.314	8.770	11.870	9.274
IVA ²	-	-	3.532	2.937
Outras	23	9	331	359
Encargos a recolher (obrigações sociais)	4.947	4.479	8.059	6.583
Obrigações fiscais municipais	2.769	2.713	3.288	3.338
	26.899	39.986	37.842	47.903
Passivo circulante	26.899	39.986	37.573	47.600
Passivo não circulante	-	-	269	303
	26.899	39.986	37.842	47.903

¹ A Companhia adota o regime de tributação pelo lucro real anual recolhendo mensalmente por estimativa, apurado por balanço de suspensão e redução, por meio de antecipação de tributos. Esta modalidade está diretamente relacionada ao comportamento do resultado do período.

² Imposto sobre Valor Agregado proveniente da Controlada Odontored.

16. Outras contas a pagar

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisões diversas¹	6.047	10.930	6.556	11.074
Suporte TI e atendimento	3.689	5.764	3.689	5.764
Serviços	1.203	3.416	1.694	3.560
Viagens	74	-	92	-
Ações de Marketing	1.081	1.750	1.081	1.750
Adiantamentos de clientes	-	941	1.269	1.600
Investimentos a pagar (nota 17.4)	7.225	7.844	7.697	8.415
Recompra de ações a pagar	-	2.419	-	2.419
Incentivo de longo prazo	18.101	18.737	19.982	20.487
Créditos a identificar²	6.632	12.649	9.075	15.184
Receita a apropriar (CPC 47/IFRS 15)	-	-	3.075	2.777
Outros³	2.193	3.668	2.268	4.819
	40.198	57.188	49.922	66.775
Passivo circulante	20.908	36.076	28.492	43.514
Passivo não circulante	19.290	21.112	21.430	23.261
	40.198	57.188	49.922	66.775

¹A redução refere-se, principalmente à provisões relacionadas a: (i) manutenção de sistema de computação, (ii) serviços administrativos e odontológicos, e (iii) anúncios, publicações e ações promocionais.

²Correspondem a valores recebidos de clientes ainda não identificados.

³Refere-se principalmente a eventos conhecidos ou avisados, referente aos contratos de pós-pagamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Passivo Não circulante

17.1. Provisões para ações judiciais

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisões para ações tributárias, trabalhistas e cíveis	54.363	67.227	57.364	71.285
Outras exigibilidades	13.510	14.767	13.996	15.351
Honorários a pagar	53	-	53	-
	67.926	81.994	71.413	86.636
Passivo circulante	4.016	-	4.016	-
Passivo não circulante	63.910	81.994	67.397	86.636
	67.926	81.994	71.413	86.636

17.2. Provisões para ações tributárias, trabalhistas e cíveis

	Companhia					
	Fiscal	Cíveis		Previdenciárias e trabalhistas	31/12/2025	31/12/2024
		ANS¹	Outros			
Saldo inicial	28.882	29.608	7.433	1.304	67.227	59.750
Constituição	2.022	8.355	33.409	609	44.395	34.703
Baixas (pagamentos/reversões)	(1.884)	(33.514)	(31.577)	(1.107)	(68.082)	(33.148)
Atualização monetária	3.074	6.029	1.583	137	10.823	5.922
Provisão	32.094	10.478	10.848	943	54.363	67.227
Quantidade de processos					1.419	1.227

¹Trata-se de Autos de Infrações lavrado pela ANS cujo objeto é o não pagamento de reembolso de tratamentos realizados em livre escolha por beneficiários vinculados a determinados produtos, mapeados e monitorados internamente. A Companhia aderiu, em dezembro de 2024, à transação extraordinária estabelecida pela Portaria AGU nº 150, de 3 de outubro de 2024, que possibilitava a quitação de débitos não tributários inscritos na dívida ativa das autarquias mediante pagamento com desconto e desistência de litígio. Em novembro de 2025, houve o deferimento parcial da transação, para pagamento de R\$16.960. Em razão do pagamento com desconto e da extinção dos débitos, foi registrada a reversão de provisão no valor de R\$11.374.

Em 31 de dezembro de 2025, os valores relativos as perdas possíveis não provisionadas na Companhia totalizaram (i) R\$3.956 – 61 processos trabalhistas (R\$2.039 - 53 processos em 2024); (ii) R\$93.842 – 2.807 processos cíveis (R\$89.025 – 3.289 em 2024); e (iii) R\$97.319 – 24 processos tributários (R\$62.150 - 30 em 2024).

	Consolidado					
	Fiscal	Cíveis		Previdenciárias e trabalhistas	31/12/2025	31/12/2024
		ANS¹	Outros			
Saldo inicial	30.185	29.609	7.446	4.045	71.285	62.832
Constituição	2.034	8.355	33.686	1.282	45.357	36.912
Baixas (pagamentos/reversões)	(1.915)	(33.514)	(31.864)	(3.217)	(70.510)	(34.459)
Atualização monetária	3.123	6.029	1.584	496	11.232	6.000
Provisão	33.427	10.479	10.852	2.606	57.364	71.285
Quantidade de processos					1.431	1.251

¹Trata-se de Autos de Infrações lavrado pela ANS cujo objeto é o não pagamento de reembolso de tratamentos realizados em livre escolha por beneficiários vinculados a determinados produtos, mapeados e monitorados internamente. A Companhia aderiu, em dezembro de 2024, à transação extraordinária estabelecida pela Portaria AGU nº 150, de 3 de outubro de 2024, que possibilitava a quitação de débitos não tributários inscritos na dívida ativa das autarquias mediante pagamento com desconto e desistência de litígio. Em novembro de 2025, houve o deferimento parcial da transação, para pagamento de R\$16.960. Em razão do pagamento com desconto e da extinção dos débitos, foi registrada a reversão de provisão no valor de R\$11.374.

Em 31 de dezembro de 2025, os valores relativos as perdas possíveis não provisionadas na Companhia e suas Controladas totalizaram (i) R\$6.272 - 71 processos trabalhistas (R\$2653 - 60 processos em 2024); (ii) R\$93.960 - 2.818 processos cíveis (R\$89.152 – 3.304 em 2024); e (iii) R\$112.894 - 44 processos tributários (R\$73.756 - 50 em 2024).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Previdenciárias e trabalhistas

A Companhia e suas Controladas são parte em ações trabalhistas, sendo a grande maioria pedidos de: (i) reconhecimento de vínculo empregatício; (ii) equiparação salarial; (iii) horas extras; (iv) enquadramento sindical; e (v) indenizações.

(b) Cíveis

A Companhia e suas Controladas são parte em processos judiciais cíveis, cujo objeto em sua maioria, é indenização por danos materiais e morais.

(c) Autos de infração – *stock options*

Em 31 de agosto de 2015, as Autoridades Fiscais lavraram autos de infração, a seguir resumidos, sob alegação de que a Companhia remunerou os Administradores e Empregados que estavam vinculados ao programa de outorga de opções de compra de ações exercidas nos anos-calendários de 2010, 2011 e 2012.

(i) Autos de Infração referentes a contribuições previdenciárias relativas aos anos-calendários de 2010, 2011 e 2012, acumuladas com juros de mora e multa de ofício, nos montantes atualizados em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 40.916 (contribuição da empresa e GILRAT/SAT) e R\$ 6.604 (terceiros). Impugnação apresentada, sobreveio Acórdão da 9ª Turma da DRJ/Ribeirão Preto – São Paulo, dando parcial provimento à impugnação, no sentido de reconhecer o caráter remuneratório. Mantido o crédito tributário lançado, com a exclusão da parcela do benefício correspondente às ações sujeitas ao *lock-up* da base de cálculo. Ambas as partes recorreram ao CARF.

Em outubro de 2019 a Companhia foi intimada da decisão do recurso, a qual não foi favorável, com reforma, inclusive, para reincluir a parcela referente ao *lock-up* anteriormente ganha. Ainda em outubro de 2019 a Companhia opôs Embargos de Declaração, os quais não foram admitidos, tendo a Companhia tomado ciência de tal decisão em 17 de janeiro de 2020. Em janeiro de 2020, a Odontoprev interpôs recurso especial. Na sessão de julgamento de 16 março de 2024, a Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF), não conheceu o recurso especial interposto. Em agosto de 2024, a Companhia opôs Embargos de Declaração em face de tal decisão, que não foram admitidos. Assim, o processo encontra-se encerrado desfavoravelmente e de forma definitiva na esfera administrativa.

Em 18 de novembro de 2024, a Companhia ajuizou a ação anulatória, em trâmite perante a 6ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF). A tutela de urgência foi deferida para suspender a exigibilidade do crédito tributário constituído pelo auto de infração. Foi apresentada contestação pela União e réplica da Companhia. Ambas as partes manifestaram desinteresse na produção de prova. Em 09 de maio de 2025, foi proferida sentença de procedência integral dos pedidos formulados pela Companhia, anulando-se o crédito tributário constituído pelo auto de infração sob o fundamento de que os eventuais ganhos havidos no contexto dos programas de outorga de opções de compra de ações são mercantis (e não remuneratórios). A União interpôs recurso de apelação em 15 de maio de 2025, e a Companhia opôs embargos de declaração em 19 de maio de 2025 para sanar omissão quanto aos honorários de sucumbência. Em 25 de setembro de 2025, foi proferida sentença integrativa sanando a omissão sobre os critérios para fixação da sucumbência, motivando a interposição de novo recurso de apelação pela União em 17 de novembro de 2025. Em 16 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou contrarrazões ao recurso fazendário, com os autos aguardando remessa ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Para esse caso, a probabilidade julgada pela Administração, baseada na representação de seus assessores jurídicos, é avaliada como de perda possível com viés favorável, em razão da jurisprudência judicial sobre o tema.

(ii) Multa isolada, em razão da suposta falta de retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (“IRRF”), relativo aos anos-calendários de 2010, 2011 e 2012, no valor total de R\$ 27.694 atualizados até 31 de dezembro de 2025. Sentença de procedência dos pedidos da Companhia para anular o crédito tributário, determinar que o débito não seja impeditivo à emissão de certidão de regularidade fiscal e condenar a União ao pagamento de honorários sucumbenciais de 10% sobre o valor da causa. Aguarda-se julgamento de recurso de apelação da União. Para esse caso, a probabilidade julgada pela Administração, baseada na representação de seus assessores jurídicos, é avaliada como de perda remota, em razão da jurisprudência judicial sobre o tema.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia, em atendimento à deliberação do Conselho de Administração na Reunião do Conselho da Administração, de 28 de março de 2017, contratou seguro de garantia judicial a fim de garantir e suportar obrigações em processos judiciais da Companhia e dos beneficiários do plano de opção de compra de ações aprovado em Assembleia Geral (que possuam ou venham a possuir bens arrolados ou que sejam necessários garantia para discussão judicial), em razão de procedimentos judiciais e administrativos iniciados por autoridades fiscais em virtude do exercício das opções pelos referidos beneficiários.

17.3. Outras exigibilidades

Trata-se de valores a pagar em decorrência de aquisição de controladas, algumas delas já incorporadas pela Companhia.

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Papaiz ¹	-	-	486	584
Odonto System ²	9.420	9.523	9.420	9.523
Mogidonto	4.090	5.244	4.090	5.244
	13.510	14.767	13.996	15.351

¹Refere-se a aquisição da Lúmax pela Papaiz.

²Provisão para riscos potenciais de empresas adquiridas, em contrapartida a outros créditos a receber (nota 9.3).

17.4. Investimentos a pagar

Conforme contratos de compra e venda, para garantir a obrigação de indenizar das vendedoras, a Companhia mantém parcela de investimento a pagar: (i) Odonto System - decorrido o prazo de 5 anos, a Companhia detém a obrigação de indenizar até a efetiva data de pagamento da condenação ou liberação judicial definitiva, corrigidos pela taxa do CDI; (ii) Mogidonto - liquidação em 6 parcelas iguais na data de aniversário do contrato e (iii) Lúmax - liquidação em 5 parcelas corrigidas pela taxa CDI.

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	7.844	8.645	8.415	9.271
(-) Pagamento - Lúmax	-	-	(163)	(112)
(+) Atualização monetária	569	387	633	444
(-) Combinação de negócio - Mogidonto e Boutique	(1.188)	(1.188)	(1.188)	(1.188)
	7.225	7.844	7.697	8.415
Passivo circulante (nota 16)	6.037	5.469	6.250	5.641
Passivo não circulante (nota 16)	1.188	2.375	1.447	2.774
	7.225	7.844	7.697	8.415

18. Passivo de arrendamento - CPC 06 (R2) IFRS 16

A Companhia e suas Controladas reconheceram passivos de arrendamentos relacionados aos aluguéis de imóveis e de equipamentos de acordo com as premissas do CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos. Estes passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos futuros, descontados a taxa adotada pela Companhia em suas projeções, em média de 11,76% (11,58% em 31 de dezembro de 2024) e em contrapartida foram reconhecidos como direito de uso no ativo. Os impactos totais mensurados estão demonstrados a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia									
	31/12/2023	Remensuração e novos contratos	Pagamentos	Apropriação de encargos financeiros	31/12/2024	Remensuração e novos contratos	Pagamentos	Apropriação de encargos financeiros	31/12/2025
Imóveis	15.107	631	(3.276)	956	13.418	2	(2.794)	836	11.462
Total	15.107	631	(3.276)	956	13.418	2	(2.794)	836	11.462
Passivo circulante					1.958				2.057
Passivo não circulante					11.460				9.405
					13.418				11.462

Consolidado									
	31/12/2023	Remensuração e novos contratos	Pagamentos	Apropriação de encargos financeiros	31/12/2024	Remensuração e novos contratos	Pagamentos	Apropriação de encargos financeiros	31/12/2025
Imóveis	28.755	1.143	(6.732)	2.259	25.425	1.262	(8.084)	1.993	20.596
Equipamentos	541	-	(242)	61	360	13	(254)	107	226
Total	29.296	1.143	(6.974)	2.320	25.785	1.275	(8.338)	2.100	20.822
Passivo circulante					6.775				6.561
Passivo não circulante					19.010				14.261
					25.785				20.822

Em 31 de dezembro de 2025, o *aging* dos passivos de arrendamento são como segue:

		Companhia							
		Até um ano	De um a cinco anos	Acima de cinco anos	31/12/2024	Até um ano	De um a cinco anos	Acima de cinco anos	31/12/2025
Imóveis		1.958	9.897	1.563	13.418	2.057	7.766	1.639	11.462
Total		1.958	9.897	1.563	13.418	2.057	7.766	1.639	11.462

		Consolidado							
		Até um ano	De um a cinco anos	Acima de cinco anos	31/12/2024	Até um ano	De um a cinco anos	Acima de cinco anos	31/12/2025
Imóveis		6.571	17.291	1.563	25.425	6.365	12.593	1.639	20.597
Equipamentos		204	156	-	360	196	29	-	225
Total		6.775	17.447	1.563	25.785	6.561	12.622	1.639	20.822

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social

Companhia e Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024
Capital social subscrito e integralizado (R\$ mil)	851.017	851.017
Número de ações ordinárias, sem valor nominal (qtd. ações)	545.825.286	552.495.663
Artigo 7º Estatuto - autorização para emissão de ações, sem reforma Estatutária (qtd. ações)	80.000.000	80.000.000
Cotação de fechamento: ODPV3 - B3 SA Brasil Bolsa Balcão (R\$/ação)	11,20	10,86
Valor patrimonial (R\$/ação)	2,38	2,33

19.2. Reservas de capital

Outras reservas de capital: ágio/deságio em transação de capital.

19.3. Reservas de lucros

	Companhia e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Reserva legal	154.951	127.428
Reserva estatutária de capital regulatório	100.000	100.000
Reserva estatutária de investimentos e expansão	218.629	183.733
Reserva de incentivos fiscais	129	129
Dividendo adicional proposto	-	81.000
	473.709	492.290

Reserva legal: constituída obrigatoriamente pela Companhia, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até que seu valor atinja 20% do capital social.

Reserva estatutária de capital regulatório: constituída pela Companhia, com a destinação de até 50% do lucro líquido do exercício, que tem por finalidade e objetivo atender à exigência de capital regulatório determinado pelo órgão regulador ANS, e que ficará limitada em conjunto com a “reserva de investimento e expansão” a 80% do capital social.

Reserva de investimentos e expansão: constituída pela Companhia, com a destinação de até 50% do lucro líquido do exercício, que tem por finalidade financiar o desenvolvimento, o crescimento e a expansão dos negócios da Companhia, permitindo a realização de novos investimentos, incluindo aquisições de *software* e *hardware*, investimentos em instalações e equipamentos, aquisição de participações societárias, unidades de negócio e estabelecimentos comerciais, e que ficará limitada em conjunto com a “reserva estatutária de capital regulatório” a 80% do capital social.

Dividendo adicional proposto: corresponde a dividendos complementares acima do mínimo obrigatório.

19.4. Ações em tesouraria

A Companhia, oportunamente, realiza Programas de Recompra de Ações que, somados aos pagamentos regulares de juros sobre capital próprio e dividendos, têm por objetivo maximizar a geração de valor aos acionistas.

Em 31 de dezembro de 2025, a posição em Tesouraria registrou 732.100 ações, após o cancelamento de 6.670.377 ações em Tesouraria pela Assembleia Geral de 01 de abril de 2025.

O saldo de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2025 é de R\$7.832 (R\$71.572 em 31 de dezembro de 2024).

19.5. Distribuição do resultado

	Companhia	
	31/12/2025	31/12/2024
(A) Lucro líquido do exercício	582.570	539.244
(B) Lucro líquido do exercício (diferença de pratica contábil)	(32.112)	(5.663)
Lucro líquido do exercício (desconsiderando CPC 50 / IFRS17) C = A + B	550.458	533.581
(D) (-) Reserva legal	(27.523)	(26.679)
Base de cálculo ajustada (desconsiderando CPC 50 / IFRS17) C + D	522.935	506.902
(%) Percentual dividendo mínimo conforme Estatuto	50	50
Dividendo mínimo obrigatório	261.468	253.451
Dividendos intercalares	338.155	281.905
Juros sobre capital próprio a serem considerados nos dividendos mínimos obrigatórios:	89.564	71.601
Valor bruto	105.369	84.236
Imposto de renda	(15.805)	(12.635)
Dividendo adicional proposto	-	81.000
Dividendos e juros sobre capital próprio deliberados	443.524	447.141
Destinação:		
Constituição de reserva de investimento e expansão	79.411	59.761

A Companhia é uma operadora do segmento odontológico regulada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que lhe impõe limites regulatórios com a adoção obrigatória do modelo de capital baseado em riscos (vide nota 13). Devido a isto, a base de cálculo para as destinações de lucros, incluindo dividendos mínimos obrigatórios e dividendo adicional proposto, segue as normas contábeis da ANS, ou seja, desconsiderando os efeitos do CPC 50 / IFRS 17, não aprovado por este regulador.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.6. Deliberações

Companhia						
Deliberação				Data do pagamento	Competência	
Aprovação	Tipo	Data	Provento por ação (R\$)		31/12/2025	31/12/2024
RCA	Juros sobre capital próprio	27/03/2024	0,04137	21/08/2024	-	22.779
RCA	Juros sobre capital próprio	17/06/2024	0,03953	29/01/2025	-	21.642
RCA	Juros sobre capital próprio	26/09/2024	0,03360	03/04/2025	-	18.392
RCA	Juros sobre capital próprio	17/12/2024	0,03919	10/12/2025	-	21.423
RCA	Juros sobre capital próprio	19/03/2025	0,04536	10/12/2025	24.749	-
RCA	Juros sobre capital próprio	18/06/2025	0,04773	10/12/2025	26.017	-
RCA	Juros sobre capital próprio	15/09/2025	0,04926	10/12/2025	26.849	-
RCA	Juros sobre capital próprio	15/12/2025	0,05092	17/12/2026	27.754	-
Juros sobre capital próprio					105.369	84.236
RCA	Dividendos	07/05/2024	0,13333	18/12/2024	-	73.000
RCA	Dividendos	06/08/2024	0,15615	03/04/2025	-	85.478
RCA	Dividendos	05/11/2024	0,22567	03/04/2025	-	123.427
RCA	Dividendos	06/05/2025	0,21648	10/12/2025	118.000	-
RCA	Dividendos	05/08/2025	0,21126	10/12/2025	115.155	-
RCA	Dividendos	15/12/2025	0,19263	17/12/2026	105.000	-
Dividendos intercalares					338.155	281.905
AGO	Dividendo adicional proposto	26/02/2025	0,14840	10/12/2025	-	81.000
Dividendo adicional					-	81.000
Total de proventos deliberados					443.524	447.141

RCA = Reunião do Conselho de Administração.
AGO = Assembleia Geral Ordinária.

20. Segmentos operacionais

As atividades da Companhia e de suas Controladas são organizadas nos seguintes segmentos de negócios:

- (a) Corporativo: clientes acima de 200 beneficiários;
- (b) PME: clientes entre 3 e 199 beneficiários;
- (c) Individual: planos mensais e anuais comercializados às pessoas físicas; e
- (d) Outros: segmentos com menor representatividade no total das receitas da Companhia sendo: (i) atendimento odontológico em consultórios próprios (Clidec e Boutique Dental); (ii) serviços administrativos e consultivos prestados (Odontoprev Serviços e Oprev); (iii) aquisição e distribuição de materiais odontológicos para rede credenciada (Dental Partner); (iv) desenvolvimento de programas de computação (Easy); (v) seguros saúde (Odontored); e (vi) diagnóstico por imagem (Papaiz).

Margem de contribuição - Consolidado									
	CORPORATIVO		PME		INDIVIDUAL		OUTROS		TOTAL
	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Receita de seguros (Premium Allocation Approach - PAA)	1.283.870	1.203.950	537.793	491.958	-	-	33.280	42.371	1.854.943
Receita de seguros (Building Block Approach - BBA)	-	-	-	-	525.038	504.727	-	-	525.038
Receita de seguros e resseguros	1.283.870	1.203.950	537.793	491.958	525.038	504.727	33.280	42.371	2.379.981
Vendas de bens e serviços	-	-	-	-	-	-	53.571	52.665	53.571
Impostos sobre vendas de bens e serviços	-	-	-	-	-	-	(13.393)	(14.479)	(13.393)
Receita de vendas de bens e serviços	-	-	-	-	-	-	40.178	38.186	40.178
RECEITA DE VENDAS	1.283.870	1.203.950	537.793	491.958	525.038	504.727	73.458	80.557	2.420.159
Eventos ocorridos	(585.511)	(563.143)	(104.309)	(100.585)	(67.671)	(75.407)	(11.967)	(14.437)	(769.458)
Custos de aquisição	(87.637)	(92.711)	(89.588)	(61.459)	(98.819)	(108.732)	(4.280)	(5.396)	(280.324)
Despesas com tributos	(53.394)	(50.496)	(27.824)	(25.603)	(27.071)	(27.731)	-	-	(108.289)
RESULTADO OPERACIONAL	557.328	497.600	316.072	304.311	331.477	292.857	57.211	60.724	1.262.088
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	557.328	497.600	316.072	304.311	331.477	292.857	57.211	60.724	1.262.088
Receita de vendas (%)	53,9	53,7	22,6	21,9	22,1	22,5	3,1	3,6	100,0
Margem x receita de vendas (%)	43,4	41,3	58,8	61,9	63,1	58,0	77,9	75,4	52,1
Distribuição margem x total/segmento (%)	44,2	43,1	25,0	26,3	26,3	25,3	4,5	5,3	100,0

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Receita de vendas

	Companhia		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contraprestações atribuídas ao período PAA (<i>Premium Allocation Approach</i>)	1.821.876	1.695.907	1.854.943	1.738.279
Receitas referentes a contratos BBA (<i>Building Block Approach</i>)	131.190	130.926	131.190	130.926
Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro	7.609	6.647	7.609	6.647
CSM reconhecido pelos serviços prestados	275.448	272.317	275.448	272.317
Recuperação de fluxo de caixa de aquisição	110.791	94.837	110.791	94.837
Receita de seguros e resseguros	2.346.914	2.200.634	2.379.981	2.243.006
Venda de bens e serviços	-	-	53.571	52.665
Impostos sobre vendas de bens e serviços	-	-	(13.393)	(14.479)
	2.346.914	2.200.634	2.420.159	2.281.192

22. Despesas de seguros

	Companhia		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Eventos ocorridos	(786.792)	(764.840)	(769.458)	(753.572)
Custos de aquisição	(276.129)	(262.948)	(280.324)	(268.298)
Despesas com tributos	(108.289)	(103.830)	(108.289)	(103.830)
Despesas administrativas	(380.427)	(368.222)	(333.277)	(310.999)
	(1.551.637)	(1.499.840)	(1.491.348)	(1.436.699)

23. Resultado financeiro

	Companhia		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Rendimentos de aplicações financeiras	98.497	110.691	102.000	114.128
Atualização monetária sobre os depósitos judiciais	3.324	1.343	3.377	1.363
Atualização monetária sobre créditos tributários	7.159	6.542	7.250	6.755
Juros por recebimento em atraso ¹	3.785	3.404	3.788	3.411
Outras	7.230	6.295	8.608	7.808
Receitas financeiras	119.995	128.275	125.023	133.465
Tarifas bancárias	(4.739)	(4.873)	(4.895)	(4.963)
Ajuste a valor presente (AVP) - passivo de arrendamento (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	(836)	(956)	(2.100)	(2.320)
Atualização monetária das provisões para contingências judiciais	(10.268)	(5.664)	(10.648)	(5.737)
Descontos concedidos	(1.792)	(1.404)	(2.497)	(1.630)
Acreditação de juros (CPC 50 / IFRS 17)	(42.599)	(36.455)	(42.599)	(36.455)
Outras despesas financeiras	(4.220)	(3.930)	(5.669)	(6.216)
Despesas financeiras	(64.454)	(53.282)	(68.408)	(57.321)
	55.541	74.993	56.615	76.144

¹ Refere-se, principalmente a reconhecimento de juros dos planos individuais/familiares.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Cálculo do IRPJ/CSLL

	Companhia		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Efeito (CPC 50 / IFRS 17) antes de IRPJ e CSLL	47.878	7.016	48.498	8.171
Base de cálculo IRPJ e CSLL	776.121	746.227	781.152	755.206
	823.999	753.243	829.650	763.377
(x) Alíquota vigente (%)	34	34	34	34
Expectativa de despesas de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(280.160)	(256.103)	(282.081)	(259.548)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes / temporárias:				
Equivalência patrimonial	2.832	5.740	1.941	2.039
Provisão para ações judiciais	5.549	(1.747)	5.908	(1.957)
Provisões diversas	1.643	(10.274)	1.519	(10.305)
Amortização do ágio	1.829	2.184	2.202	2.184
Participações no resultado	(527)	(647)	(846)	(704)
Juros sobre capital próprio	35.825	28.640	35.825	28.640
Ajustes lei 12.973/14	15	118	27	137
Prejuízos fiscais	-	-	(3.325)	-
Efeito (CPC 50 / IFRS 17)	16.279	2.385	16.489	2.778
Despesas de seguros custos de aquisição e programa ILP	3.633	(1.025)	3.618	(1.077)
Outras	(4.153)	(885)	(4.557)	(3.555)
Despesa de IRPJ e CSLL Corrente	(217.235)	(231.614)	(223.280)	(241.368)
Inovação Tecnológica	18.308	10.166	18.581	10.166
Despesa de IRPJ e CSLL total	(198.927)	(221.448)	(204.699)	(231.202)
Receita (despesa) de IRPJ e CSLL diferidos	(26.736)	8.802	(26.028)	9.466
Receita de IRPJ e CSLL diferidos (CPC 50 / IFRS 17)	(15.766)	(1.353)	(16.386)	(2.508)
Despesa de IRPJ e CSLL Diferido	(42.502)	7.449	(42.414)	6.958
Despesa de IRPJ e CSLL total	(241.429)	(213.999)	(247.113)	(224.244)
Alíquota efetiva	29,3%	28,4%	29,8%	29,4%

25. Lucro por ação – básico e diluído

	Companhia e Consolidado	
	Exercício findo em	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia (R\$ mil)	582.570	539.244
Ações ordinárias (em milhares)		
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	545.370	546.756
Quantidade média ponderada de ações para o lucro básico e diluído por ação	545.370	546.756
Lucro básico e diluído por ação (R\$)	1,06821	0,98626

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas.

Operações da Companhia com suas Controladas, Coligadas e pessoal chave da administração (nota 1)	Classificação Natureza	31/12/2025		31/12/2024		Exercício findo em 31/12/2025		Exercício findo em 31/12/2024	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Receita	Despesa
DentalPartner	Vendas de Bens e Serviços Materiais odontológicos	-	-	76	-	3.193	-	3.570	-
DentalPartner	Despesas administrativas Assistência odontológica	-	-	-	-	-	(2)	-	-
Odontoprev	Despesas de Seguros Serviços administrativos	-	-	-	76	-	(67.246)	-	(77.016)
Odontoprev Serviços	Vendas de Bens e Serviços Assessoria comercial	739	-	717	-	57.696	-	64.117	-
Odontoprev Serviços	Despesas administrativas Assistência odontológica	-	-	-	-	-	(109)	-	(47)
BrasilDental	Despesas de Seguros Serviços administrativos	-	748	-	726	-	(9.916)	-	(10.505)
Odontoprev	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	213	-	102	-
Odontoprev	Receita de Seguros Corresponsabilidade assumida/cedida	5.638	-	4.346	-	54.481	-	51.762	-
Odontoprev	Outras receitas operacionais Receitas de assistência à saúde	9	-	9	-	178	-	173	-
BrasilDental	Despesas de Seguros Corresponsabilidade assumida/cedida	-	5.638	-	4.346	-	(54.481)	-	(51.762)
Clidec	Demais custos operacionais Assistência odontológica	-	-	-	-	-	(53)	-	(50)
Clidec	Vendas de Bens e Serviços Serviços clínicos odontológicos	-	-	-	-	31.974	-	29.719	-
Boutique Dental	Vendas de Bens e Serviços Serviços clínicos odontológicos	-	-	-	-	4.296	-	5.603	-
Papaiz	Vendas de Bens e Serviços Serviços radiológicos	679	-	-	-	7.652	-	6.371	-
Papaiz	Demais custos operacionais Assistência odontológica	-	-	-	-	-	(43)	-	-
Papaiz	Demais custos operacionais Aluguel	-	-	-	-	-	(145)	-	-
Lúmax	Vendas de Bens e Serviços Serviços radiológicos	-	-	-	-	-	-	67	-
Odontoprev	Despesas de Seguros Serviços odontológicos	-	563	-	-	-	(24.131)	-	(18.458)
Odontoprev	Despesas de Seguros Materiais odontológicos	-	-	-	-	-	(3.193)	-	(3.548)
Clidec	Demais custos operacionais Materiais odontológicos	-	-	-	-	-	-	-	(22)
Boutique Dental	Receitas patrimoniais Aluguel	-	-	-	-	145	-	-	-
Boutique Dental	Demais custos operacionais Serviços radiológicos	-	116	-	-	-	(430)	-	-
Easy	Despesas administrativas Assistência odontológica	-	-	-	-	-	(5)	-	(5)
Easy	Despesas administrativas Serviços administrativos	-	-	-	-	-	(74)	-	(71)
Odontoprev	Dividendos a receber	8.300	-	-	-	-	-	-	-
Odontoprev Serviços	Dividendos a pagar	-	8.300	-	-	-	-	-	-
Odontoprev	Outras contas a receber	65	-	-	-	-	-	-	-
Odontoprev Serviços	Outras contas a pagar	-	65	-	-	-	-	-	-
MaChiron	Intangível Desenvolvimento de sistemas	-	-	2.056	-	-	-	-	-
Pessoal-chave da administração	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	7	-	-	-
Total		15.430	15.430	7.204	5.148	159.835	(159.828)	161.484	(161.484)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e suas Controladas mantém operações com empresas da Organização Bradesco, da qual a Bradesco Gestão¹, acionista da Odontoprev faz parte:

Consolidado						Exercício findo em		Exercício findo em	
Empresas relacionadas com Banco Bradesco	Classificação Natureza	31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Alelo S.A.	Despesas de Seguros Benefícios a funcionários	-	-	-	33	-	(5.716)	-	(5.435)
Banco Bradescard S.A.	Despesas de Seguros Custo de aquisição	61	1.472	29	-	-	(8.208)	-	(3.478)
Banco Bradesco S.A.	Conta corrente	2.126	-	6.713	-	-	-	-	-
Banco Bradesco S.A.	Aplicação financeira	684.121	-	887.225	-	101.336	-	110.208	-
Banco Bradesco S.A.	Receita de Seguros Planos odontológicos	10	-	10	-	49.439	-	50.309	-
Banco Bradesco S.A.	Despesas com Seguros Viagens e estadias - diretoria e funcionários	-	-	-	-	-	(2.248)	-	(2.119)
Banco Bradesco S.A.	Despesas Financeiras Escrituração de ações	-	-	-	-	-	(325)	-	(229)
Banco Bradesco S.A.	Despesas de Seguros Aluguéis sucursais	-	-	-	-	-	(263)	-	(262)
Banco Bradesco S.A.	Despesas Financeiras Administração de aplicações	-	-	-	-	-	(384)	-	(439)
Banco Bradesco S.A.	Despesas Financeiras Tarifa bancária	-	-	-	-	-	(3.781)	-	(3.732)
Banco Bradesco S.A.	Direito de Uso e Passivo de Arrendamento	797	937	937	1.061	-	(256)	-	(262)
Bradesco Auto-Re Companhia De Seguros	Despesas de Seguros Seguro de responsabilidade civil e seguro fiança	-	-	-	-	-	(7)	-	-
Bradesco S/A Corretora De Títulos E Valores Mobiliários	Despesas de Seguros Custo de aquisição	-	-	-	2.419	-	(6)	-	(39)
Bradesco Capitalização S.A.	Títulos de capitalização	10.972	-	4.360	-	761	(3.864)	587	(4.035)
Bradesco Saúde S.A.	Despesas de Seguros Assistência médica - funcionários	-	-	-	-	-	(19.113)	-	(18.165)
Bradesco Saúde S.A.	Dividendos e JCP	-	71.076	-	142.994	-	-	-	-
Bradesco Vida e Previdência S.A.	Despesas de Seguros Previdência privada - funcionários	-	-	-	-	-	(1.830)	-	(1.684)
Bradesco Vida e Previdência S.A.	Despesas de Seguros Seguro de vida - funcionários	-	-	-	-	-	(409)	-	(638)
Bradesco Vida e Previdência S.A.	Despesas de Seguros Seguro em grupo	-	-	-	-	-	(19)	-	-
Bradesco Corretora De Seguros Ltda.	Despesas de Seguros Custo de aquisição	245	2.455	74	372	-	(4.409)	-	(1.484)
Bradeseg Promotora de Vendas S.A.	Despesas de Seguros Custo de aquisição	6.181	11.657	334	4.301	-	(31.418)	-	(31.405)
Bsp Empreendimento Imobiliário D166 Ltda.	Despesas de Seguros Aluguéis sucursais	-	-	-	-	-	(63)	-	(69)
Bsp Empreendimento Imobiliário D166 Ltda.	Direito de Uso e Passivo de Arrendamento	421	498	514	587	-	(126)	-	(133)
Bsp Park Estacionamentos E Participações S.A.	Despesas de Seguros Estacionamento	-	-	-	-	-	(4)	-	(6)
Bsp Empreendimentos Imobiliários R12 Ltda.	Direito de Uso e Passivo de Arrendamento	261	308	313	357	-	(73)	-	(77)
Bsp Empreendimentos Imobiliários R12 Ltda.	Despesas de Seguros Aluguéis sucursais	-	-	-	-	-	(23)	-	(21)
Mediservive	Outras Receitas Operacionais Taxa de administração	-	-	-	-	265	-	293	-
Santecorp Holding Ltda	Despesas de Seguros Serviços médicos/ambulatoriais	-	-	-	-	-	(474)	-	(466)
Santecorp Holding Ltda	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	17	-	14	-
Stelo S.A.	Despesas Financeiras Taxa de administração	-	-	-	-	-	(854)	-	(333)
Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A.	Despesas de Seguros Seguro garantia judicial	-	-	-	-	-	(257)	-	(297)
Banco Digio S.A.	Despesas de Seguros Custo de aquisição	1	6	1	5	-	(15)	-	(21)
Fleury CPMA	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	61	-	58	-
Fleury S.A.	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	3.188	-	3.098	-
Instituto De Radiologia De Natal Ltda	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	45	-	44	-
Centro De Patologia Clínica Ltda.	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	10	-	7	-
Saúde Newco Ltda	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	2	-	5	-
Metodos Laboratório, Analises Clinicas E Hematologia Ltda	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	30	-	22	-
Genesis Analises Genomicas S.A.	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	63	-	39	-
Instituto Hermes Pardini S.A.	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	756	-	653	-
Laboratório Padrão S.A.	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	76	-	71	-
Diagnóstico Por Imagem Sete Lagoas Ltda	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	4	-	2	-
Toxicologia Pardini Laboratórios S.A.	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	17	-	16	-
Pardis Pardini Distribuidora Ltda	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	1	-	1	-
Laboratório De Patologia Clínica Drº Paulo C. De Azevedo	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	58	-	81	-
Instituto De Analises Clinicas De Santos	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	52	-	47	-
Anatomia Patológica Hugo Silviano Branda	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	2	-	3	-
Haitong Banco De Investimentos Do Brasil S.A.	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	155	-	157	-
Bradescard México, Sociedad De Responsabilidad Limitada	Despesas de Seguros Custo de aquisição	-	1.000	-	149	-	(7.423)	-	(2.359)
CIP Centro de Infusoes Pacaembu Ltda	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	5	-	-	-
LSL Laboratório Análises Clinicas Ltda	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	2	-	-	-
Pessoal-chave da administração	Despesas de Seguros Custo de aquisição	3	1	5	-	-	(9)	-	(3)
Pessoal-chave da administração	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	5	-	4	-
Pessoal-chave da administração	Despesas com Seguros Despesas administrativas	-	-	-	-	-	(3.128)	-	(1.592)
Pessoal-chave da administração	Intangível Desenvolvimento de sistemas	3.367	-	1.116	-	-	-	-	-
Pessoal-chave da administração	Contas a pagar Fornecedores de serviços	-	510	-	97	-	-	-	-
Pessoal-chave da administração	Despesas de Seguros Eventos ocorridos	-	-	-	-	-	(14)	-	(13)
Pessoal-chave da administração	Despesas de Seguros Consultoria	-	-	-	-	-	(24)	-	(4)
		708.566	89.920	901.631	152.375	156.350	(94.743)	165.719	(78.800)

¹Em decorrência de reorganização societária interna do grupo econômico Bradesco, a Bradesco Gestão recebeu, por meio de cisão parcial aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS em 17/12/2025, da Bradesco Saúde S.A. ("Bradesco Saúde"), anteriormente acionista direta da Companhia e controlada da Bradesco Gestão, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Odontoprev, correspondentes a 292.213.236 (duzentos e noventa e dois milhões, duzentas e treze mil, duzentas e trinta e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, representativas de 53,54% (cinquenta e três vírgula cinquenta e quatro por cento) do capital social total e votante da Companhia. A atualização da posição acionária não implica alteração na composição do controle final ou na estrutura administrativa da Companhia.

A Companhia contratou seguro de garantia judicial relacionado aos autos de infração de *Stock Options*, nos quais tais apólices foram contratadas junto à *Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A. (Swiss Re Brasil)* que mantém um investimento com a Bradesco Seguros S.A. (Bradesco Seguros).

A Companhia e suas Controladas concedem participações no resultado a seus colaboradores e Administradores, vinculados ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Em 31 de dezembro de 2025, foram apropriados, à título de participações nos resultados, os montantes de R\$24.621 (R\$29.271 em 31 de dezembro de 2024) e R\$29.306 (R\$34.247 em 31 de dezembro de 2024) na Companhia e no Consolidado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia implementou em 2019 o Programa de Incentivo de Longo Prazo (Programa ILP), o qual estabelece os critérios para o pagamento de bônus em dinheiro, correspondente a múltiplos de salários, a ser feito pela Companhia e suas Controladas aos beneficiários elegíveis após o período de apuração, desde que cumpridas as metas e condições estabelecidas nos termos e para as finalidades.

O período de apuração corresponde a 3 anos e o pagamento fica condicionado ao atingimento de metas de *performance* corporativa pré-estabelecidas pelo Conselho de Administração e à condição de serviço.

Em 31 de dezembro de 2025 foram apropriados no resultado do período, os montantes de R\$20.470 e R\$22.004 na Companhia e no Consolidado respectivamente (R\$20.417 e R\$22.130 em 31 de dezembro de 2024).

O programa de opção de compra de ações (*stock options*) segue vigente, na forma como aprovado em Assembleia de Acionistas, tendo a última outorga sido efetuada em 2016.

A remuneração anual fixa atribuída aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como a remuneração fixa e variável destinada à Diretoria Estatutária, encontram-se no quadro a seguir:

	Exercício findo em	
	31/12/2025	31/12/2024
Diretoria Estatutária	20.298	24.191
Pró-labore	6.002	6.106
Benefícios	716	798
Previdência privada	282	331
Bônus	6.879	10.127
ILP	6.419	6.829
Conselho de Administração	6.192	3.714
Pró-labore	6.192	3.714
Conselho Fiscal	522	522
Pró-labore	522	522
	27.012	28.427

Os Conselhos de Administração e Fiscal incluem membros que integram a administração do Banco Bradesco S.A. e Bradesco Seguros.

A Companhia não é patrocinadora de benefício pós-emprego (com exceção de plano de previdência complementar) ou de rescisão de contrato de trabalho.

27. Evento subsequente

Conforme fato relevante, publicado em 06 de janeiro de 2026, em decorrência de reorganização societária interna do grupo econômico Bradesco, a Bradseg Participações S.A. ("Bradseg") recebeu, por meio de cisão parcial, da Bradesco Gestão de Saúde S.A., ("Bradesco Gestão"), anteriormente acionista direta da Companhia e controlada da Bradseg, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Odontoprev, correspondentes a 292.213.236 (duzentos e noventa e dois milhões, duzentas e treze mil, duzentas e trinta e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, representativas de 53,54% (cinquenta e três vírgula cinquenta e quatro por cento) do capital social total e votante da Companhia. A atualização da posição acionária não implica alteração na composição do controle final ou na estrutura administrativa da Companhia.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Odontoprev S.A.
Barueri – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Odontoprev S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Odontoprev S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Odontoprev S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração dos contratos de seguros emitidos de acordo com o modelo geral de mensuração

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.2 e 14, a Companhia possui contratos de seguros mensurados de acordo com o Modelo Geral de Mensuração (BBA) no montante de R\$ 90.059 mil em 31 de dezembro de 2025.

Para mensurar os saldos contábeis dos contratos de seguros, a Companhia utiliza técnicas e métodos atuariais que requerem julgamento na seleção das metodologias e definição de premissas utilizadas na mensuração do fluxo de caixa de cumprimento, que incluem a expectativa de sinistros e a permanência dos beneficiários.

Identificamos a avaliação da mensuração dos saldos contábeis dos contratos de seguros mensurados de acordo com o Modelo Geral de Mensuração (BBA) como um principal assunto de auditoria, em razão do julgamento significativo envolvido na avaliação das metodologias e premissas atuariais utilizadas na mensuração dos fluxos de caixa de cumprimento que, se alteradas poderiam resultar em mudanças significativas na mensuração desses saldos contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como a auditoria endereçou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo:

- i. Testamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relacionados à mensuração dos saldos contábeis de contratos de seguros. Isto incluiu controles relativos ao desenvolvimento e aprovação das metodologias e definição e aplicação das premissas utilizadas na mensuração dos fluxos de caixa de cumprimento, que incluem a expectativa de sinistros e a permanência dos beneficiários;
- ii. Envolvermos profissionais atuariais com conhecimentos específicos que nos auxiliaram, com base em amostragem selecionada: (i) na avaliação das metodologias de mensuração dos fluxos de caixa de cumprimento, cálculo das taxas de desconto e dos ajustes ao risco não financeiro, em relação aos requisitos da prática contábil aplicável, bem como na avaliação das metodologias utilizadas pela Companhia em relação a modelos de mensuração conhecidos e aplicáveis; e (ii) na avaliação das premissas relacionadas a expectativa de sinistros e permanência dos beneficiários, por meio de comparação com dados externos, recálculos independentes e testes de sensibilidade e de revisão retrospectiva dessas premissas.
- iii. Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras são consistentes com os requerimentos da prática contábil aplicável.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração dos saldos contábeis de contratos de seguros emitidos de acordo com o modelo geral de mensuração, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Avaliação do valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.6.1 (e) (i) e 12.1, a Companhia possui ágios decorrentes de aquisições de investimentos. A Companhia realiza testes de redução ao valor recuperável, no mínimo anualmente, ou quando há eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Como parte do teste de redução ao valor recuperável desses ativos, a Companhia estimou valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, cuja mensuração está fundamentada em projeções futuras baseadas no plano de negócios e no orçamento, preparados pela Companhia baseado em dados históricos, premissas econômicas e de negócios, principalmente a expectativa de crescimento da base de beneficiários, taxa de desconto e período de projeção dos fluxos de caixa, para cada Unidade Geradora de Caixa.

Consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento inerente à determinação das premissas de crescimento da base de beneficiários, taxa de desconto e período de projeção dos fluxos de caixa, e ao potencial impacto que eventuais mudanças nessas premissas poderiam causar nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como a auditoria endereçou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo:

- i. Testamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relacionados ao processo de desenvolvimento e aprovação das premissas de crescimento da base de beneficiários, taxa de desconto e período de projeção dos fluxos de caixa, utilizadas na avaliação dos estudos de recuperabilidade elaborados pela Companhia;
- ii. Envolvermos profissionais de finanças corporativas com conhecimentos específicos que nos auxiliaram:
(i) na avaliação das premissas utilizadas, tais como crescimento da base de beneficiários e período de projeção dos fluxos de caixa, comparando-as com informações obtidas de fontes internas e externas; (ii) na avaliação da taxa de desconto utilizadas no teste de redução ao valor recuperável, comparando-as com os intervalos de taxa de desconto que foram desenvolvidas independentemente, usando dados de mercado públicos disponíveis para entidades comparáveis; (iii) na avaliação da precisão matemática dos cálculos do valor presente; e
- iii. Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras são consistentes com os requerimentos da prática contábil aplicável.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a avaliação do valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Luciano Agulho Vecchi
Contador CRC 1SP-281259/O-1

ODONTOPREV S.A.

CNPJ/MF nº 58.119.199/0001-51

NIRE 35.300.156.668

Companhia Aberta

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Odontoprev S.A. ("Companhia"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, declaram que examinaram o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 ("Demonstrações Financeiras"), bem como a Proposta de Destinação do Resultado do Exercício. Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda. em 26 de fevereiro de 2026, o Conselho Fiscal, por unanimidade dos seus membros, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral.

Barueri/SP, 26 de fevereiro de 2026

Ivan Maluf Junior

Vanderlei Dominguez da Rosa

Sérgio Moreno

ODONTOPREV S.A.

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 31 de março de 2026 ("AGO")

(art. 10º, § único, II, da Resolução CVM 81, 29 de março de 2022, alterada pela Resolução CVM 204, de 04 de junho de 2024)

Senhores Acionistas,

A Administração da Odontoprev S.A. ("Companhia" ou "Odontoprev") vem submeter, para exame e deliberação dos acionistas da Companhia, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e ratificação do montante de juros sobre o capital próprio e dividendos distribuídos conforme segue.

Considerando que a Companhia obteve no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, lucro líquido de R\$550.458.455,32 (quinhentos e cinquenta milhões quatrocentos e cinquenta e oito mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e dois centavos), de acordo com as práticas contábeis aprovadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), propomos que o lucro líquido do exercício seja destinado da seguinte forma:

- i) R\$27.522.922,77 (vinte e sete milhões quinhentos e vinte e dois mil novecentos e vinte e dois reais e setenta e sete centavos) para a conta "reservas de lucros - reserva legal";
- ii) R\$24.749.241,16 (vinte e quatro milhões setecentos e quarenta e nove mil duzentos e quarenta e um reais e dezesseis centavos) referentes a juros sobre capital próprio, que foram declarados em 19 de março de 2025 e pagos em 10 de dezembro de 2025;
- iii) R\$26.016.246,09 (vinte e seis milhões dezesseis mil duzentos e quarenta e seis reais e nove centavos) referentes a juros sobre capital próprio, que foram declarados em 18 de junho de 2025 e pagos em 10 de dezembro de 2025;
- iv) R\$26.849.742,32 (vinte e seis milhões oitocentos e quarenta e nove mil setecentos e quarenta e dois reais e trinta e dois centavos) referentes a juros sobre capital próprio, que foram declarados em 15 de setembro de 2025 e pagos em 10 de dezembro de 2025;
- v) R\$27.753.709,83 (vinte e sete milhões setecentos e cinquenta e três mil setecentos e nove reais e oitenta e três centavos) referentes a juros sobre capital próprio, que foram declarados em 15 de dezembro de 2025 e serão pagos em 17 de dezembro de 2026;
- vi) R\$118.000.000,00 (cento e dezoito milhões) referentes a dividendos intercalares, que foram declarados em 06 de maio de 2025 e pagos em 10 de dezembro de 2025;
- vii) R\$115.154.830,66 (cento e quinze milhões cento e cinquenta e quatro mil oitocentos e trinta reais e sessenta e seis centavos) referentes a dividendos intercalares, que foram declarados em 05 de agosto de 2025 e pagos em 10 de dezembro de 2025;
- viii) R\$105.000.000,00 (cento e cinco milhões) referentes a dividendos intercalares, que foram declarados em 15 de dezembro de 2025 e serão pagos em 17 de dezembro de 2026, e

- ix) R\$79.411.762,49 (setenta e nove milhões quatrocentos e onze mil setecentos e sessenta e dois reais e quarenta e nove centavos) será retido junto à reserva de investimentos e expansão, conforme artigo 28, parágrafos 3º (d) do Estatuto.

* * *

ANEXO I

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA DESTINAÇÃO DO RESULTADO RELATIVO AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2025

Senhores Acionistas,

Conforme capítulo IV, artigo 28, parágrafo 3º do Estatuto Social vigente, o lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação:

(a) 5% (cinco por cento) para formação da **reserva legal**, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito;

(b) pagamento de **dividendo obrigatório**, observado o disposto no artigo 29 do Estatuto e a Lei nº 6.404/1976;

Artigo 29 - Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual obrigatório de 50% (cinquenta por cento) sobre o lucro do exercício, com os seguintes ajustes:

(i) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e

(ii) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.

(c) até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido, para a formação da “**reserva estatutária de capital regulatório**”, que tem por finalidade e objetivo atender a exigência de capital regulatório relacionado à margem de solvência à qual a Companhia está sujeita, e que ficará limitada, em conjunto com a reserva prevista no item “d” abaixo e observado o disposto no art. 199 da Lei 6.404/76, a 80% (oitenta por cento) do capital social;

(d) até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido, para a formação da “**reserva de investimentos e expansão**”, que tem por finalidade financiar o desenvolvimento, o crescimento e a expansão dos negócios da Companhia, com vistas a permitir à Companhia a realização de novos investimentos, incluindo aquisições de software e hardware, investimentos em instalações e equipamentos e aquisição de participações societárias, unidades de negócio e estabelecimentos comerciais, e que ficará limitada, em conjunto com a reserva prevista no item “c” acima e observado o disposto no art. 199 da Lei 6.404/76, a 80% (oitenta por cento) do capital social; e

(e) distribuição de dividendos além dos dividendos obrigatórios ou retenção, com base em orçamento de capital devidamente aprovado pela Assembleia Geral, observadas as condições da lei nº 6.404/1976.

Em cumprimento aos dispositivos legais que regem a matéria, a Administração da Companhia propõe a V. S^{as}. a destinação do lucro líquido do exercício de 2025, no valor de R\$550.458.455,32 (quinhentos e cinquenta milhões quatrocentos e cinquenta e oito mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e dois centavos).

1 - RESERVA LEGAL

Conforme disposto no artigo 193 da Lei 6.404/1976, torna-se necessária a destinação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido, limitado à 20% do capital, à constituição da reserva legal, no valor de R\$27.522.922,77 (vinte e sete milhões quinhentos e vinte e dois mil novecentos e vinte e dois reais e setenta e sete centavos).

2 – JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDOS

Juros sobre capital próprio

Em Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 19 de março de 2025, conforme proposto pela Diretoria, os Conselheiros aprovaram o pagamento de juros sobre o capital próprio, calculados com base na taxa de juros de longo prazo (TJLP) aplicada mensalmente sobre o patrimônio líquido, aos detentores de ações de emissão da Companhia em 24 de março de 2025, no montante de R\$24.749.241,16 (vinte e quatro milhões setecentos e quarenta e nove mil duzentos e quarenta e um reais e dezesseis centavos), correspondentes a R\$ 0,045364399 por ação, os quais foram declarados em 19 de março de 2025 e pagos em 10 de dezembro de 2025. O montante líquido de imposto de renda na fonte equivale a R\$21.036.854,99 (vinte e um milhões trinta e seis mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e noventa e nove centavos), correspondentes a R\$ 0,038559739 por ação.

Em Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 18 de junho de 2025, conforme proposto pela Diretoria, os Conselheiros aprovaram o pagamento de juros sobre o capital próprio, calculados com base na TJLP aplicada mensalmente sobre o patrimônio líquido, aos detentores de ações de emissão da Companhia em 24 de junho de 2025, no montante de R\$26.016.246,09 (vinte e seis milhões dezesseis mil duzentos e quarenta e seis reais e nove centavos), correspondentes a R\$ 0,047728071 por ação, os quais foram declarados em 18 de junho de 2025 e pagos em 10 de dezembro de 2025. O montante líquido equivale a R\$22.113.809,18 (vinte e dois milhões cento e treze mil oitocentos e nove reais e dezoito centavos), correspondentes a R\$ 0,04056886 por ação.

Em Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 15 de setembro de 2025, conforme proposto pela Diretoria, os Conselheiros aprovaram o pagamento de juros sobre o capital próprio, calculados com base na TJLP aplicada mensalmente sobre o patrimônio líquido, aos detentores de ações de emissão da Companhia em 18 de setembro de 2025, no montante de R\$26.849.742,32 (vinte e seis milhões oitocentos e quarenta e nove mil setecentos e quarenta e dois reais e trinta e dois centavos), correspondentes a R\$ 0,049257160 por ação, os quais foram declarados em 15 de setembro de 2025 e pagos em 10 de dezembro de 2025. O montante líquido de imposto de renda na fonte equivale a R\$22.822.280,97 (vinte e dois milhões oitocentos e vinte e dois mil duzentos e oitenta reais e noventa e sete centavos), correspondentes a R\$ 0,041868586 por ação.

Em Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 15 de dezembro de 2025, conforme proposto pela Diretoria, os Conselheiros aprovaram o pagamento de juros sobre o capital próprio, calculados com base na TJLP aplicada mensalmente sobre o patrimônio líquido, aos detentores de ações de emissão da Companhia em 18 de dezembro de 2025, no montante de R\$27.753.709,83 (vinte e sete milhões setecentos e cinquenta e três mil setecentos e nove reais e oitenta e três centavos), correspondentes a R\$ 0,050915533 por ação, os quais foram declarados em 15 de

dezembro de 2025 e serão pagos em 17 de dezembro de 2026. O montante líquido de imposto de renda na fonte equivale a R\$23.590.653,36 (vinte e três milhões quinhentos e noventa mil seiscentos e cinquenta e três reais e trinta e seis centavos), correspondentes a R\$ 0,043278203 por ação.

Dividendos

Em Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 06 de maio de 2025, conforme proposto pela Diretoria, os Conselheiros aprovaram o pagamento de dividendos intercalares aos detentores de ações de emissão da Companhia em 09 de maio de 2025, no montante de R\$118.000.000,00 (cento e dezoito milhões), correspondentes a R\$ 0,216476748 por ação, os quais foram declarados em 06 de maio de 2025 e pagos em 10 de dezembro de 2025.

Em Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 05 de agosto de 2025, conforme proposto pela Diretoria, os Conselheiros aprovaram o pagamento de dividendos intercalares aos detentores de ações de emissão da Companhia em 08 de agosto de 2025, no montante de R\$115.154.830,66 (cento e quinze milhões cento e cinquenta e quatro mil oitocentos e trinta reais e sessenta e seis centavos), correspondentes a R\$ 0,211257146 por ação, os quais foram declarados em 05 de agosto de 2025 e pagos em 10 de dezembro de 2025.

Em Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 15 de dezembro de 2025, conforme proposto pela Diretoria, os Conselheiros aprovaram o pagamento de dividendos intercalares aos detentores de ações de emissão da Companhia em 18 de dezembro de 2025, no montante de R\$105.000.000,00 (cento e cinco milhões), correspondentes a R\$ 0,192627614 por ação, os quais foram declarados em 15 de dezembro de 2025 e serão pagos em 17 de dezembro de 2026.

3 – RESERVA ESTATUTÁRIA

Propomos que o saldo remanescente do lucro líquido referente ao exercício social de 2025, após as destinações mencionadas acima, no montante de R\$79.411.762,49 (setenta e nove milhões quatrocentos e onze mil setecentos e sessenta e dois reais e quarenta e nove centavos) seja destinado à constituição da Reserva de Investimentos e Expansão, conforme artigo 28, parágrafo 3º, alínea “d”, do Estatuto Social.

4 – QUADRO RESUMO DOS ITENS 1 A 3

					Data		R\$			
	Aprovação por	% ou R\$ por ação bruto	Deliberação	Detentores	Constituição (C) /Pagamento (P)	Lucros acumulados	Reserva legal	Dividendo adicional proposto	Reserva estatutária de capital regulatório	Reserva de investimentos e expansão
31 de dezembro de 2024						-	127.427.823,23	81.000.000,00	100.000.000,00	231.605.169,99
Cancelamento de ações em tesouraria						-	-	-	-	(76.628.440,00)
Dividendo adicional proposto 2024						-	-	(81.000.000,00)	-	-
Lucro líquido do exercício (LI) 2025						550.458.455,32	-	-	-	-
Proposta de destinação do lucro:						(550.458.455,32)	27.522.922,77	-	-	79.411.762,49
Reserva legal	Estatuto Social	5% (limitado a 20% capital social)	31/12/2025	-	31/12/2025 (C)	(27.522.922,77)	27.522.922,77	-	-	-
Juros sobre capital próprio	RCA	0,045364399	19/03/2025	24/03/2025	10/12/2025 (P)	(24.749.241,16)	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	RCA	0,047728071	18/06/2025	24/06/2025	10/12/2025 (P)	(26.016.246,09)	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	RCA	0,049257160	15/09/2025	18/09/2025	10/12/2025 (P)	(26.849.742,32)	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	RCA	0,050915533	15/12/2025	18/12/2025	17/12/2026 (P)	(27.753.709,83)	-	-	-	-
Dividendos intercalares	RCA	0,216476748	06/05/2025	09/05/2025	10/12/2025 (P)	(118.000.000,00)	-	-	-	-
Dividendos intercalares	RCA	0,211257146	05/08/2025	08/08/2025	10/12/2025 (P)	(115.154.830,66)	-	-	-	-
Dividendos intercalares	RCA	0,192627614	15/12/2025	18/12/2025	17/12/2026 (P)	(105.000.000,00)	-	-	-	-
Reserva de investimentos e expansão	AGO	50% (limitado a 80% capital social)	-	-	31/12/2025 (C)	(79.411.762,49)	-	-	-	79.411.762,49
31 de dezembro de 2025						-	154.950.746,00	-	100.000.000,00	234.388.492,48

CÁLCULO DO DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO	
Lucro líquido do exercício 2025	550.458.455,32
(-) Constituição de reserva legal (5%, limitada a 20% do capital social)	(27.522.922,77)
(=) Lucro do exercício 2025 passível de distribuição	522.935.532,55
(x) %conforme Estatuto Social	50
(=) DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO	261.467.766,28
Juros sobre o capital próprio ¹	89.563.598,50
Dividendos intercalares	338.154.830,66
Dividendos e juros sobre capital próprio deliberados	427.718.429,16
Excedente ao dividendo mínimo obrigatório	(166.250.662,89)
(=) DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO	261.467.766,28

¹Líquido de imposto de renda retido na fonte (IRRF) de 15%.

Em síntese a Administração propõe que o lucro do exercício de R\$550.458.455,32 (quinhentos e cinquenta milhões quatrocentos e cinquenta e oito mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e dois centavos), após a constituição da reserva legal de R\$27.522.922,77 (vinte e sete milhões quinhentos e vinte e dois mil novecentos e vinte e dois reais e setenta e sete centavos), seja parcialmente distribuído, no montante líquido de R\$427.718.429,16 (quatrocentos e vinte e sete milhões setecentos e dezoito mil quatrocentos e vinte e nove reais e dezesseis centavos), já descontado o imposto de renda retido na fonte (IRRF) de 15% aplicado sobre os juros sobre o capital próprio, e que o saldo de R\$79.411.762,49 (setenta e nove milhões quatrocentos e onze mil setecentos e sessenta e dois reais e quarenta e nove centavos) seja destinado à Reserva de Investimentos e Expansão.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo remanescente das reserva de lucros da Companhia (Reserva Estatutária de Investimentos e Expansão e Reserva Estatutária de Capital Regulatório) era de R\$334.388.492,48 (trezentos e trinta e quatro milhões trezentos e oitenta e oito mil quatrocentos e noventa e dois reais e quarenta e oito centavos), com as seguintes movimentações (i) R\$331.605.169,99 (trezentos e trinta e um milhões seiscentos e cinco mil cento e sessenta e nove reais e noventa e nove centavos) referentes à retenções de lucros de exercícios anteriores; (ii) R\$76.628.440,00 (setenta e seis milhões seiscentos e vinte e oito mil quatrocentos e quarenta reais) referente ao cancelamento de 6.670.377 ações em tesouraria, aprovado na assembleia de 01 de abril de 2025, e (iii) R\$79.411.762,49 (setenta e nove milhões quatrocentos e onze mil setecentos e sessenta e dois reais e quarenta e nove centavos) referentes à retenção de lucros do exercício de 2025, os quais foram destinados para a constituição das reservas previstas no Estatuto Social da Companhia, capítulo IV, artigo 28, da seguinte forma: (i) R\$79.411.762,49 (setenta e nove milhões quatrocentos e onze mil setecentos e sessenta e dois reais e quarenta e nove centavos), à reserva de investimento e expansão.

Barueri, 26 de fevereiro de 2026.

ODONTOPREV S.A.

Informações adicionais à Proposta da Administração para destinação do lucro líquido do exercício de 2025 e ratificação da distribuição antecipada de juros sobre o capital próprio e dividendos pagos e a pagar

(Nos termos do Anexo A à Resolução CVM 81, de 29 de março de 2022, alterada pela Resolução CVM 204, de 04 de junho de 2024)

1. Informar o lucro líquido do exercício:

A Companhia obteve no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, lucro líquido de R\$550.458.455,32 (quinhentos e cinquenta milhões quatrocentos e cinquenta e oito mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e dois centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Distribuições relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025									
Aprovação	Ação ordinária - ON (R\$/ação)		Declarados	Detentores	Ex-direito	Pagamento	Montante global (R\$)		
	Bruto	Líquido					Bruto	Líquido	
Juros sobre capital próprio	RCA	0,045364399	0,038559739	19/03/2025	24/03/2025	25/03/2025	10/12/2025	24.749.241,16	21.036.854,99
Juros sobre capital próprio	RCA	0,047728071	0,040568860	18/06/2025	24/06/2025	25/06/2025	10/12/2025	26.016.246,09	22.113.809,18
Juros sobre capital próprio	RCA	0,049257160	0,041868586	15/09/2025	18/09/2025	19/09/2025	10/12/2025	26.849.742,32	22.822.280,97
Juros sobre capital próprio	RCA	0,050915533	0,043278203	15/12/2025	18/12/2025	19/12/2025	17/12/2026	27.753.709,83	23.590.653,36
Dividendos intercalares	RCA	0,216476748	0,216476748	06/05/2025	09/05/2025	12/05/2025	10/12/2025	118.000.000,00	118.000.000,00
Dividendos intercalares	RCA	0,211257146	0,211257146	05/08/2025	08/08/2025	11/08/2025	10/12/2025	115.154.830,66	115.154.830,66
Dividendos intercalares	RCA	0,192627614	0,192627614	15/12/2025	18/12/2025	19/12/2025	17/12/2026	105.000.000,00	105.000.000,00
							443.523.770,06	427.718.429,16	

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

O lucro do exercício de R\$550.458.455,32 (quinhentos e cinquenta milhões quatrocentos e cinquenta e oito mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e dois centavos), foi distribuído, no montante líquido (vide item 2) de R\$427.718.429,16 (quatrocentos e vinte e sete milhões setecentos e dezoito mil quatrocentos e vinte e nove reais e dezesseis centavos), já descontado o imposto de renda retido na fonte (IRRF) de 15% aplicado sobre os juros sobre o capital próprio, o que representa 77,70% do lucro líquido anual. Vale notar, a Companhia tem Programa de Recompra de Ações em aberto, tendo executado no exercício R\$12.888.296,00 (doze milhões oitocentos e oitenta e oito mil duzentos e noventa e seis reais), o que eleva a remuneração total aos acionistas a R\$440.606.725,16 (quatrocentos e quarenta milhões seiscentos e seis mil setecentos e vinte e cinco reais e dezesseis centavos), representando 80,04% do lucro líquido de 2025.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não foi utilizado saldo de lucros de exercícios anteriores para a distribuição dos dividendos.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendos e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Vide tabela abaixo.

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Vide tabela abaixo.

- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não haverá incidência de atualização e juros sobre dividendos e juros sobre capital próprio.

- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não haverá dividendo adicional proposto.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Vide tabela abaixo.

- b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Vide tabela abaixo.

	Aprovação	Ação ordinária - ON (R\$/ação)		Declarados	Detentores	Ex-direito	Pagamento	Montante global (R\$)	
		Bruto	Líquido					Bruto	Líquido
Juros sobre capital próprio	RCA	0,045364399	0,038559739	19/03/2025	24/03/2025	25/03/2025	10/12/2025	24.749.241,16	21.036.854,99
Juros sobre capital próprio	RCA	0,047728071	0,040568860	18/06/2025	24/06/2025	25/06/2025	10/12/2025	26.016.246,09	22.113.809,18
Juros sobre capital próprio	RCA	0,049257160	0,041868586	15/09/2025	18/09/2025	19/09/2025	10/12/2025	26.849.742,32	22.822.280,97
Juros sobre capital próprio	RCA	0,050915533	0,043278203	15/12/2025	18/12/2025	19/12/2025	17/12/2026	27.753.709,83	23.590.653,36
Dividendos intercalares	RCA	0,216476748	0,216476748	06/05/2025	09/05/2025	12/05/2025	10/12/2025	118.000.000,00	118.000.000,00
Dividendos intercalares	RCA	0,211257146	0,211257146	05/08/2025	08/08/2025	11/08/2025	10/12/2025	115.154.830,66	115.154.830,66
Dividendos intercalares	RCA	0,192627614	0,192627614	15/12/2025	18/12/2025	19/12/2025	17/12/2026	105.000.000,00	105.000.000,00
Total de juros sobre capital próprio e dividendos declarados em 2025								443.523.770,06	427.718.429,16

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Descrição	Referência	Exercícios findos em 31 de dezembro de			
		2025	2024	2023	2022
Lucro líquido do exercício (R\$)	A	550.458.455,32	533.580.609,90	536.554.266,83	452.171.494,48
Ações ordinárias total (unidade) ¹	B	545.825.286	552.495.663	552.495.663	568.465.803
Ações em tesouraria (unidade)	C	732.100	6.188.777	-	15.970.140
Ações ordinárias - média ponderada (unidade)	D	545.369.587	546.756.234	552.495.663	552.920.663
Opções de compras por ações (unidade)	E	-	-	-	-
Lucro básico por ação (R\$)	F = A / D	1,009331045	0,975902198	0,971146568	0,817787297
Lucro diluído por ação (R\$)	G = A / (D + E)	1,009331045	0,975902198	0,971146568	0,817787297

¹ O capital total da Companhia é composto apenas por ações ordinárias.

b. Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Distribuições relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024									
Aprovação	Ação ordinária - ON (R\$/ação)		Data				Montante global (R\$)		
	Bruto	Líquido	Declarados	Detentores	Ex-direito	Pagamento	Bruto	Líquido	
Juros sobre capital próprio	RCA	0,041368166	0,035162942	27/03/2024	01/04/2024	02/04/2024	21/08/2024	22.779.011,17	19.362.159,49
Juros sobre capital próprio	RCA	0,039533811	0,033603739	17/06/2024	24/06/2024	25/06/2024	29/01/2025	21.641.858,23	18.395.579,50
Juros sobre capital próprio	RCA	0,033597221	0,028557637	26/09/2024	01/10/2024	02/10/2024	03/04/2025	18.392.010,96	15.633.209,32
Juros sobre capital próprio	RCA	0,039185109	0,033307343	17/12/2024	20/12/2024	23/12/2024	10/12/2025	21.423.454,59	18.209.936,40
Dividendos intercalares	RCA	0,133326134	0,133326134	07/05/2024	15/05/2024	16/05/2024	18/12/2024	73.000.000,00	73.000.000,00
Dividendos intercalares	RCA	0,156145973	0,156145973	06/08/2024	23/08/2024	26/08/2024	03/04/2025	85.478.453,22	85.478.453,22
Dividendos intercalares	RCA	0,225672880	0,225672880	05/11/2024	08/11/2024	11/11/2024	03/04/2025	123.426.853,57	123.426.853,57
Total de juros sobre capital próprio e dividendos declarados em 2024							366.141.641,74	353.506.191,50	

Distribuições relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023									
Aprovação	Ação ordinária - ON (R\$/ação)		Data				Montante global (R\$)		
	Bruto	Líquido	Declarados	Detentores	Ex-direito	Pagamento	Bruto	Líquido	
Juros sobre capital próprio	RCA	0,038441575	0,027130620	14/03/2023	17/03/2023	20/03/2023	19/12/2023	21.238.803,43	18.052.982,92
Juros sobre capital próprio	RCA	0,038209912	0,026932988	26/06/2023	29/06/2023	30/06/2023	19/12/2023	21.110.810,50	17.944.188,93
Juros sobre capital próprio	RCA	0,037183621	0,026933866	19/09/2023	22/09/2023	25/09/2023	19/12/2023	20.543.789,49	17.462.221,07
Juros sobre capital próprio	RCA	0,035438547	0,027279708	13/12/2023	18/12/2023	19/12/2023	16/02/2024	19.579.643,52	16.642.696,99
Dividendo complementar para o mínimo obrigatório	AGO	0,334412013	0,334412013	28/02/2024	12/04/2024	15/04/2024	21/08/2024	184.761.186,84	184.761.186,84
							267.234.233,78	254.863.276,75	

Distribuições relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022									
Aprovação	Ação ordinária - ON (R\$/ação)		Data				Montante global (R\$)		
	Bruto	Líquido	Declarados	Detentores	Ex-direito	Pagamento	Bruto	Líquido	
Juros sobre capital próprio	RCA	0,031918376	0,027130620	21/03/2022	24/03/2022	25/03/2022	06/07/2022	16.358.796,35	13.904.976,90
Juros sobre capital próprio	RCA	0,031685869	0,026932988	20/06/2022	23/06/2022	24/06/2022	21/12/2022	17.632.604,82	14.987.714,10
Juros sobre capital próprio	RCA	0,031686901	0,026933866	15/09/2022	20/09/2022	21/09/2022	27/12/2022	17.533.809,47	14.903.738,05
Juros sobre capital próprio	RCA	0,032093774	0,027279708	12/12/2022	15/12/2022	16/12/2022	27/12/2022	17.731.670,71	15.071.920,10
Dividendos intercalares	RCA	0,107203568	0,107203568	27/04/2022	06/05/2022	09/05/2022	05/10/2022	60.000.000,00	60.000.000,00
Dividendo complementar para o mínimo obrigatório	AGO	0,173599753	0,173599753	01/03/2023	20/04/2023	24/04/2023	12/07/2023	95.913.110,73	95.913.110,73
Total de juros sobre capital próprio e dividendos declarados em 2022							225.169.992,08	214.781.459,88	

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado a reserva legal:

Conforme disposto no artigo 193 da Lei 6.404/1976, torna-se necessária a aplicação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido à constituição da reserva legal, até que seu valor atinja 20% do capital social, o valor da constituição é de R\$27.522.922,77 (vinte e sete milhões quinhentos e vinte e dois mil novecentos e vinte e dois reais e setenta e sete centavos).

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:

CÁLCULO RESERVA LEGAL	
Lucro líquido do exercício 2025	550.458.455,32
(%) Constituição	5,00
(=) Reserva legal	27.522.922,77

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
- Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
- Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
- Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe
- A Odontoprev não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto:

Nos termos do Artigo 29 do Estatuto Social, os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual obrigatório de 50% (cinquenta por cento) sobre o lucro do exercício, com os seguintes ajustes: (i) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e (ii) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.

CÁLCULO DO DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO	
Lucro líquido do exercício 2025	550.458.455,32
(-) Constituição de reserva legal (5%, limitada a 20% do capital social)	(27.522.922,77)
(=) Lucro do exercício 2025 passível de distribuição	522.935.532,55
(x) %conforme Estatuto Social	50
(=) DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO	261.467.766,28
Juros sobre o capital próprio ¹	89.563.598,50
Dividendos intercalares	338.154.830,66
Dividendos e juros sobre capital próprio deliberados	427.718.429,16
Excedente ao dividendo mínimo obrigatório	(166.250.662,89)
(=) DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO	261.467.766,28

¹Líquido de imposto de renda retido na fonte (IRRF) de 15%

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente:

Apurado conforme item 10.a. e será pago integralmente.

- c. Informar o montante eventualmente retido:

A Odontoprev não efetuou qualquer retenção de dividendo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

- a. Informar o montante da retenção
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos
- c. Justificar a retenção dos dividendos

A Odontoprev não efetuou qualquer retenção de dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
- c. Explicar por que a perda foi considerada provável
- d. Justificar a constituição da reserva

A Odontoprev não efetuou nenhuma destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

A Odontoprev não efetuou nenhuma destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva:

O artigo 28, parágrafo 3º, alínea “d”, do Estatuto Social estabelece que até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido poderá ser destinado para a formação da “Reserva de Investimentos e Expansão” que tem por finalidade financiar o desenvolvimento, o crescimento e a expansão dos negócios da Companhia, com vistas a permitir à Companhia a realização de novos investimentos, incluindo aquisições de software e hardware, investimentos em instalações e equipamentos e aquisição de participações societárias, unidades de negócio e estabelecimentos comerciais, e que ficará limitada, em conjunto com a reserva prevista na alínea “c” do mesmo dispositivo e observado o disposto no art. 199 da Lei 6.404/76, a 80% (oitenta por cento) do capital social.

- b. Identificar o montante destinado à reserva:

Propomos a destinação de R\$79.411.762,49 (setenta e nove milhões quatrocentos e onze mil setecentos e sessenta e dois reais e quarenta e nove centavos) para a constituição da Reserva de Investimentos e Expansão, conforme artigo 28, parágrafo 3º, alínea “d”, do Estatuto Social.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital

A Odontoprev não efetuou retenção com base em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado à reserva
- b. Explicar a natureza da destinação

A Odontoprev não efetuou nenhuma destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

ODONTOPREV S.A.
CNPJ/MF nº 58.119.199/0001-51
NIRE 35.300.156.668
Companhia Aberta

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da Odontoprev S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, nº 2104, 21º andar, Alphaville, inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.119.199/0001-51 ("Companhia"), nos termos do artigo 27, §1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Barueri/SP, 26 de fevereiro de 2026

Diretores:

Elsen Christian de Carvalho Carmo

José Roberto Borges Pacheco

André Chidichimo de França

Rose Gabay

Renato Alves Costa

Marcos Pimentel de Viveiros

ODONTOPREV S.A.
CNPJ/MF nº 58.119.199/0001-51
NIRE 35.300.156.668
Companhia Aberta

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS SOBRE O RELATÓRIO DOS
AUDITORES INDEPENDENTES**

Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da Odontoprev S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, nº 2104, 21º andar, Alphaville, inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.119.199/0001-51 ("Companhia"), nos termos do artigo 27, §1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes Ltda., referentes às Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Barueri/SP, 26 de fevereiro de 2026

Diretores:

Elsen Christian de Carvalho Carmo

José Roberto Borges Pacheco

André Chidichimo de França

Rose Gabay

Renato Alves Costa

Marcos Pimentel de Viveiros

 odontoprev	Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário		Data de Emissão 26/02/2026
Elaborado por: Comitê de Auditoria Estatutário	Apresentado ao: Conselho de Administração em 26/02/2026		1ª versão

**Ilmos. Srs.
Membros do Conselho de Administração
da Odontoprev S.A.**

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE" ou "Comitê") da **Odontoprev S.A.** ("Companhia") foi instituído na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de abril de 2018, nos termos da Instrução CVM 308/99, revogada pela Resolução CVM 23/21, atualmente vigente. O CAE é um órgão independente de assessoramento do Conselho de Administração da Companhia, de caráter consultivo e permanente, e funciona em conformidade com estatuto social da Companhia, bem como com o seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração.

Nos termos do Regimento Interno do CAE, compete ao Comitê, dentre outras matérias: (i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente e dos responsáveis pelas funções de auditoria interna, controles internos e *compliance*; (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações contábeis intermediárias e demonstrações contábeis anuais; (iii) acompanhar as atividades das áreas de auditoria interna, controles internos e *compliance* da Companhia; (iv) avaliar e monitorar as exposições a riscos da Companhia; (v) avaliar, monitorar e recomendar à Administração da Companhia a correção ou aprimoramento das políticas internas, incluindo as políticas de transações com partes relacionadas e gestão de riscos; (vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; (vii) supervisionar os serviços de auditoria independente, de forma a avaliar sua efetividade e independência. Deve, ainda, avaliar e discutir o plano anual de trabalho da empresa de auditoria independente e encaminhá-lo para a apreciação do Conselho de Administração; e (viii) analisar as propostas de serviços extra-auditoria da empresa responsável pela auditoria independente da Companhia, proibindo aqueles que possam comprometer a independência daqueles auditores. Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o CAE desenvolveu suas atividades com base em um plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu, principalmente: (i) reuniões com a Administração da Companhia e seus principais gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das informações trimestrais e demonstrações contábeis intermediárias e anuais, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e de *compliance*; (iii) avaliação do

 odontoprev	Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário		Data de Emissão 26/02/2026
Elaborado por: Comitê de Auditoria Estatutário	Apresentado ao: Conselho de Administração em 26/02/2026		1ª versão

planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela Auditoria Interna; (iv) avaliação do planejamento, escopo, efetividade e independência dos auditores independentes; (v) avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos, de gerenciamento de riscos e de conformidade com dispositivos legais e normativos; e (vi) avaliação da qualidade e integridade das informações trimestrais e das demonstrações contábeis.

A responsabilidade pela elaboração das informações trimestrais e das demonstrações contábeis intermediárias e anuais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é da Administração da Companhia. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das informações trimestrais e demonstrações contábeis intermediárias e anuais, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controles internos e conformidade.

A auditoria independente é responsável por examinar as informações trimestrais e as demonstrações contábeis intermediárias e anuais, e emitir relatórios sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

O escopo da Auditoria Interna engloba, mas não se limita, ao exame e à avaliação da adequação e da eficácia do gerenciamento de riscos, dos controles internos e dos procedimentos de assecuração de conformidade da Companhia.

O CAE atua por meio de reuniões, nas quais conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da Auditoria Interna, das áreas de controles internos e de *compliance*, e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O CAE estabeleceu com os auditores independentes e com a Auditoria Interna um canal regular de comunicação, tendo tomado ciência do plano anual de trabalho e dos trabalhos realizados e seus resultados, inclusive do Relatório dos Auditores Independentes emitido nesta data. O CAE também avaliou a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas.

 odontoprev	Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário		Data de Emissão 26/02/2026
Elaborado por: Comitê de Auditoria Estatutário	Apresentado ao: Conselho de Administração em 26/02/2026		1ª versão

O CAE avaliou os processos de elaboração das informações trimestrais e demonstrações contábeis e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O CAE manteve reuniões regulares com o Diretor-Presidente e com outros diretores e gestores da Companhia, e, nessas reuniões, teve a oportunidade de apresentar sugestões e recomendações à Administração sobre assuntos relacionados às áreas que estão no escopo de sua atuação.

O CAE não tomou ciência, durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausências de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da operação ou a fidedignidade de suas demonstrações contábeis.

O CAE atua por meio de reuniões ordinárias realizadas mensalmente e, sempre que necessário, em reuniões extraordinárias, com representantes designados pela Administração e com os auditores independentes. Para tratar de assuntos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o CAE se reuniu nas seguintes datas: 28 de janeiro de 2025, 18 de fevereiro de 2025, 18 de março de 2025, 22 de abril de 2025, 20 de maio de 2025, 17 de junho de 2025, 22 de julho de 2025, 19 de agosto de 2025, 23 de setembro de 2025, 21 de outubro de 2025, 18 de novembro de 2025 e 09 de dezembro de 2025.

Nas reuniões mencionadas acima, o CAE apreciou, dentre outros, os seguintes assuntos importantes: (i) situação econômico-financeira da Companhia (ANS RN 518/22); (ii) Relatório Anual da Administração e das demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2025 e proposta de destinação do lucro da Companhia; (iii) Informações Trimestrais relativas ao exercício 2025; (iv) aderência às normas dos reguladores; (v) evolução PEONA e IBNP; (vi) LE – Planos de Alta Renda; (vii) contingências judiciais e processos administrativos; (viii) Partes Relacionadas e a Revisão da Política de Transações com Partes Relacionadas; (ix) Conciliações Contábeis; (x) Gestão Tributária e Reforma Tributária; (xi) Recomendações de melhorias e correções de procedimentos emitidos pelas Auditorias independente e interna, e Inspeção Geral do Bradesco; (xii) Segurança da Informação, Segurança cibernética, Privacidade e Proteção de Dados e status dos principais projetos de Tecnologia, Teste do Novo ERP (Projeto Everest) e da Avaliação do Risco de Segurança Cibernética; (xiii) Canal de Denúncias; (xiv) Programa de Compliance acompanhamento 2025 e planejamento 2026; (xv) Operação Odontoprev México; (xvi) Auditoria Independente – supervisão dos serviços prestados, avaliando sua efetividade e independência; (xvii) Auditoria

 odontoprev	Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário		Data de Emissão 26/02/2026
Elaborado por: Comitê de Auditoria Estatutário	Apresentado ao: Conselho de Administração em 26/02/2026		1ª versão

Interna – acompanhamento do plano anual de trabalho e dos resultados alcançados nas auditorias; (xviii) Gestão de Riscos e Matriz de Riscos; (xix) Iniciativas de Combate a fraudes; (xx) Política de Contratação de Auditor Independente; (xxi) Revisão dos dicionários de riscos e dos documentos compõem a estrutura do Plano de Continuidade do Negócio; (xxii) Alteração da gestão de risco cibernético nos processos de gestão de riscos.

As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram analisadas na reunião de 27 de janeiro de 2026. Já as informações trimestrais relativas aos 1º, 2º e 3º trimestres de 2025 foram avaliadas em reuniões realizadas em maio, agosto e novembro de 2025.

Cumpridas as suas atribuições, na forma acima descrita, o CAE é de opinião que as demonstrações contábeis da **Odontoprev S.A.**, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, devidamente auditadas pela KPMG Auditores Independentes, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração.

Barueri/SP, 26 de fevereiro de 2026.

César Suaki dos Santos

Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário

Leonardo de Assis Portugal

Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

Marcelo Santos Dall´Occo

Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

PÚBLICA

As informações contidas neste documento são proprietárias da **Odontoprev**.

ODONTOPREV S.A.

CNPJ/MF nº 58.119.199/0001-51

NIRE 35.300.156.668

Companhia Aberta

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

Os membros do Comitê de Auditoria da Odontoprev S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, conforme previsto no artigo 27 do Estatuto Social da Companhia e em seu Regimento Interno, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório anual da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como da proposta de destinação do resultado do exercício, e, considerando as informações prestadas pela administração da Companhia e pela KPMG Auditores Independentes Ltda., opinam, por unanimidade, que os mesmos refletem, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral da Companhia, nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

Barueri/SP, 26 de fevereiro de 2026

Membros:

César Suaki dos Santos

Leonardo de Assis Portugal

Marcelo Santos Dall'Occo